

VENHA DESCOBRIR AS VANTAGENS QUE TEMOS PARA SI.

RELATÓRIO E CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012.



ÍNDICE

Relatório anual do conselho de administração do Banco Terra, S.A. 2012
Relatório e parecer do conselho fiscal
Relatório dos auditores independentes
Demonstração do rendimento integral
Demonstração da posição financeira
Demonstração de alterações de capital próprio

Demonstração de fluxos de caixa
Resumo das políticas contabilísticas e gestão do risco financeiro
Notas às demonstrações financeiras
"Modelo III – Anexo a Circular nº 3/SHC/2007"
"Modelo IV – Anexo a Circular nº 3/SHC/2007"

RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO TERRA 2012

1. PERSPECTIVAS DE MERCADO

Moçambique continua a registar um elevado crescimento do PIB – estimado em 7,2%, em 2012 – tendo ainda reduzido substancialmente a taxa de inflação durante o ano. Os números oficiais indicam uma taxa de inflação para todo o ano de 2,7%, após taxas de 6% e 17% em 2011 e 2010, respectivamente. As previsões para 2013 apontam para um crescimento do PIB superior a 8%, muito embora o país tenha sofrido graves contratempos no início de 2013 na sequência das cheias que afectaram seriamente a zona Sul e rio Zambezi.

O Metical registou uma desvalorização de 8,73% em relação ao Dólar dos Estados Unidos da América e de 5,42% em relação ao Rand, mantendo uma assinalável pujança durante o ano de 2012.

O aumento total do recurso ao crédito no mercado foi na ordem dos 18,5%; principalmente devido ao aumento do crédito ao consumo, por seu turno decorrente do aumento dos salários.

Em 2012, o Banco de Moçambique reduziu a FPCem 550 pontos base. O Banco Terra reduziu a sua taxa de juro de referência ("prime rate") em 400 pontos base durante 2012, para um nível de 15,5% p.a. A liquidez do mercado aumentou consideravelmente em 2012, tendo-se verificado o aumento do crédito mal parado influenciada em parte pela forte expansão do crédito. Claramente, o mercado financeiro está a tornar-se cada vez mais competitivo devido aos novos participantes, ao crescimento assinalável dos intervenientes mais recentes e à potencial entrada de novas figuras no mercado em 2013.

2. POSIÇÃO DO BANCO TERRA NO MERCADO

O Banco Terra entrou no seu quinto ano de existência em 2012. No ano transacto o banco registou um bom crescimento, tanto em termos de activos como do passivo. O Banco Terra reforçou a sua posição no sector agrícola, mas teve igualmente presença em outros sectores, tendo-se mantido fiel à sua missão.

A quota total de mercado em termos de crédito estabilizou nos 1,1%, tendo o

banco registado um crescimento mais ou menos igual à taxa de crescimento do mercado, na ordem dos 18%. A quota de mercado em termos do sector agrícola aumentou para cerca de 10% do total dos créditos à agricultura.

Os créditos à agricultura em Moçambique registaram um crescimento pouco significativo em 2012. Apesar de investimentos promissores e novas empresas, o sector agrícola ainda não teve uma expansão significativa em 2012. O principal crescimento adveio do aumento da utilização das terras e das colheitas em larga escala para exportação – Tabaco (179.5 milhões de USD), Açúcar (87.9 milhões de USD) e Algodão (36.9 milhões de USD) - ao invés de qualquer aumento dos rendimentos. O aumento dos rendimentos constitui condição prévia para aumentar os clientes do banco no sector agrícola. Contudo, as nossas perspectivas para o futuro a curto prazo são positivas, uma vez que se está a assistir ao reforço mútuo entre as iniciativas públicas e privadas.

É especialmente nestas empresas de média dimensão que descortinamos o espírito e capacidade empreendedores e o apoio que resultarão nos produtores fortes do futuro. O mesmo se poderá dizer dos comerciantes e fabricantes financiados pelo Banco Terra.

O Banco Terra tem especial interesse por toda a cadeia de valor agrícola, e orgulha-se de ter sido escolhido pelo Ministério das Finanças de Moçambique para gerir o Fundo para Promoção da Segurança Alimentar, financiado pelo Kuwait Fund no contravalor em Meticals de USD 6 milhões de Dólares dos Estados Unidos da América. Este fundo destina-se a prestar apoio a instituições financeiras para que estas possam chegar aos segmentos inferiores do mercado agrícola que, de outro modo, não teriam acesso aos bancos. Antecipamos um aumento do recurso ao crédito por parte de pequenos agricultores durante o ano de 2013.

Relativamente às PME, o banco tem vindo a demonstrar crescimento nos sectores de transportes e comércio, entre outros, em todo o país. Vemos um claro potencial de

crescimento nos corredores adjacentes aos portos principais, impulsionado pelas oportunidades de escoamento geradas pelas indústrias extractivas. As PME beneficiam das empreitadas e, conseqüentemente, estão em posição de oferecer fluxos de caixa com maiores garantias ao banco. O banco vê, por vezes, a sua ambição de crescimento tolhida pelos mercados imobiliários sem transparência, o que torna difícil a avaliação das garantias. Conseguimos identificar mais oportunidades de crescimento para as PME nos próximos anos, nos ramos do turismo, imobiliário e construção civil.

Em 2012, o Banco Terra desenvolveu canais e produtos com o objectivo de prestar uma gama completa de serviços aos nossos clientes. Salientamos a introdução do Mobile Banking, os desenvolvimentos em Angónia com a instalação de caixas de multibanco rurais e o Banco Móvel ("Bank on Wheels"), que fornecem serviços imediatos a agricultores que, até agora, não tinham acesso a serviços bancários. Hoje em dia, conseguem iniciar transacções em 10 minutos. O banco investiu em novas ATM's e introduziu serviços de transferências em todas as suas ATM's – reduzindo os custos de transacção e poupando tempo aos seus clientes. O banco abriu uma agência na cidade da Matola – um mercado em franco crescimento para as PME e comércio de retalho nos próximos anos. O Banco Terra está preparado para o aumento das transacções e do número de clientes, na sequência da redução das intervenções manuais e de níveis de serviço mais fiáveis.

3. RESULTADOS DO BANCO TERRA

Além do nosso crescimento comercial, o banco colocou particular ênfase na criação de mais sistemas internos de controlo, dentre os quais destacamos, entre outros, o controlo dos custos e a melhoria da qualidade da nossa carteira de crédito. Conforme já havia sido referido no ano passado, o reforço dos controlos continuou a ser um tema chave, em termos de investimentos e alocação de recursos, em 2012, e assim continuará em 2013, especialmente com

a reconfiguração dos nossos sistemas informáticos e a consolidação dos nossos processos.

Os resultados financeiros do quinto ano de operações continuam a registar prejuízo. A massa crítica de activos e passivos deverá ter capacidade para cobrir a nossa estrutura de custos inerente à nossa rede de agências, salários e diversas despesas gerais. Com a introdução de imparidade baseada nas IFRS ("Normas Internacionais de Relato Financeiro") nos nossos activos, o banco travou eficientemente os créditos mal parados da sua carteira – que se acumularam maioritariamente durante as fases iniciais das operações do banco. Os nossos auditores viram-se forçados a emitir uma opinião com reservas relativamente às nossas demonstrações financeiras devido a diferenças não reconciliadas entre o nosso sistema bancário central e os nossos registos contabilísticos. Muito embora tenhamos desenvolvido esforços consideráveis para resolver este problema, continuará a ser uma área prioritária no próximo período.

ALTERAÇÕES SUBSTANCIAIS EM TERMOS DE CAPITAL PRÓPRIO, ESTRUTURA ACCIONISTA, NO CONSELHO E AO NÍVEL DE DIRECÇÃO

No cumprimento do Plano Estratégico revisto de Novembro de 2011, os accionistas do Banco Terra reforçaram a base de capital próprio do banco mediante um aumento do capital social no montante de MZN 900 milhões, incrementando o capital social do Banco em mais de 150%. O referido aumento do capital social verificou-se em duas tranches, conforme planeado. A primeira no montante de MZN 400 milhões, em 2011 e a segunda no montante de MZN 500 milhões, em Outubro de 2012. Os compromissos actuais e futuros dos accionistas garantem capitais próprios suficientes para assegurar o sucesso do projecto e a sustentabilidade financeira da instituição.

A GAPI reforçou a sua posição tendo beneficiado das acções transmitidas ao governo moçambicano pelo anterior accionista alemão, KfW, como parte da estratégia original de saída daquela entidade.

Os accionistas do Banco Terra decidiram aumentar o número de moçambicanos no Conselho de Administração do Banco. Assim, em Setembro de 2012 foram designados dois novos Administradores locais, num total de 3 nacionais moçambicanos numa equipa composta por 7 Administradores. Confirmando as expectativas relativamente à designação de Administradores nacionais, a sua contribuição revelou-se fundamental na implementação mais eficiente dos Planos de Negócios do Banco, o que possibilitou a melhor integração do banco no mercado financeiro de Moçambique e na sociedade moçambicana.

Em Maio de 2012, o Banco Terra designou um novo Director Executivo e, em Setembro do mesmo ano, um novo Director Financeiro, de modo a dar resposta à necessidade de rotação do pessoal, em especial, nestas duas posições de topo na direcção do Banco.

FUTURO

O Banco Terra continuará a apostar no crescimento e solidez da organização durante o ano de 2013. O banco continua a concentrar-se no sector agrícola, mas espera registar um crescimento pelo menos igual no sector das PME e das grandes empresas durante o ano. A pressão dos passivos mantém-se e, conseqüentemente, o banco continuará a investir na oferta de melhores serviços e produtos, assentando, para o efeito, numa sólida estrutura operacional e de Tecnologia de Informação e Comunicação. O controlo dos custos continua em curso por forma melhorar os resultados financeiros.

Para reforçar o balanço e manter o crescimento actual, o banco está actualmente a tentar obter financiamento adicional de actuais e potenciais novos investidores. Os accionistas assinaram recentemente um Memorando de Entendimento com um potencial investidor. Encontramo-nos na fase de elaboração e discussão de planos.

Gostaríamos de expressar a nossa gratidão aos nossos clientes, trabalhadores, accionistas e financiadores por terem abraçado este projecto e apoiarem o Banco Terra no seu percurso para a rentabilidade e impacto positivo na sociedade moçambicana em geral.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Auditamos as demonstrações financeiras anexas do Banco Terra, S.A., que compreendem a posição financeira em 31 de Dezembro de 2012, as demonstrações do rendimento integral, de alteração na situação líquida e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas contendo um resumo das principais políticas contabilísticas e outra informação explicativa.

RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro em vigor, e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, baseada na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria com o objectivo de obter um grau de segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos destinados a obter prova de auditoria sobre as quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido quer a fraude quer a erro. Ao efectuar essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias

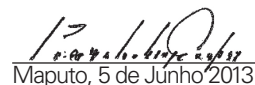
mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

BASE PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

A rubrica de Outros activos, que integra a posição financeira em 31 de Dezembro de 2012, inclui uma conta suspensa, com um saldo de 54 437 milhares de meticais (2011: 27 558 milhares de meticais), que resulta de uma diferença entre dois dos principais sistemas de informação do Banco. Foi reconhecida uma provisão no montante de 42 000 milhares de meticais, que também integra a posição em 31 de Dezembro de 2012, e o Conselho de Administração iniciou a análise das causas do problema. Tal análise não foi concluída até à data de emissão deste relatório e, como consequência, não obtivemos a prova de auditoria suficiente e apropriada atinente às circunstâncias que resultaram no reconhecimento destes saldos e aos possíveis efeitos desta matéria nas demonstrações financeiras.

OPINIÃO COM RESERVAS

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo da base para a opinião com reservas, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os seus aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Terra, S.A. em 31 de Dezembro de 2012, e o desempenho financeiro e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as normas Internacionais de Relato Financeiro.


Maputo, 5 de Junho 2013

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

De acordo com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal apresenta aos Exmos. Accionistas o relatório sobre a acção fiscalizadora exercida no Banco Terra, bem como o seu parecer sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

No cumprimento das suas funções, o Conselho Fiscal reuniu ao longo do ano com a regularidade exigida por Lei e acompanhou a actividade do Banco através da apreciação das Demonstrações Financeiras Trimestrais e respectiva informação fornecida pelos órgãos de gestão e concluiu que:

• COMO RESULTADO DAS ANÁLISES FEITAS E DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS BEM COMO DO RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DEVIDO A EXISTÊNCIA DE SALDOS NÃO RECONCILIADOS NA CONTA SUSPensa COM O VALOR DE 54 MILHÕES DE METICAIS, AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFLECTEM A POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DO BANCO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, BEM COMO OS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES REALIZADAS DURANTE ESTE ANO, QUE, CONFORME PREVISTO NO PLANO DE NEGÓCIOS E ACTIVIDADES FORAM NEGATIVOS.

• AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FORAM PREPARADAS DE ACORDO COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO (IFRS); E

• EXCEPTO A RESERVA DE OPINIÃO EMITIDA PELO AUDITOR EXTERNO DEVIDO A EXISTÊNCIA DE SALDOS NÃO RECONCILIADOS NA CONTA SUSPensa COM O VALOR DE 54 MILHÕES DE METICAIS, AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFLECTEM A POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DO BANCO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, BEM COMO OS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES REALIZADAS DURANTE ESTE ANO, QUE, CONFORME PREVISTO NO PLANO DE NEGÓCIOS E ACTIVIDADES FORAM NEGATIVOS.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento dos

seguintes desafios e medidas correctivas tomadas pelos gestores do banco ao longo do ano:

- Melhorias na qualidade da carteira de crédito.
- Estratégias focadas na redução dos custos do Banco.
- Regularização dos saldos contabilizados nas contas suspensas, acções já iniciadas mas em curso.
- Alocação de recursos consideráveis na reconfiguração do sistema informático para torná-lo mais eficiente no processamento e controlo das operações do banco.
- Fortalecimento do Departamento Financeiro e melhoria dos procedimentos de documentação, controlo interno e de contabilização. Das actividades desenvolvidas pelo Banco Terra durante o ano de 2012, o Conselho Fiscal destaca os seguintes:
 - Nomeação de um novo Director Geral Executivo em Maio de 2012 e um Director Financeiro em Agosto de 2012.
 - Os accionistas injectaram durante o exercício no capital através de novas acções ordinárias mais 410 milhões de meticais.
 - Implementação de mecanismos de controle tendentes a reduzir os custos operacionais do banco.
 - Melhorias assinaláveis no funcionamento das agências do banco. Novos produtos financeiros e um sistema de banca móvel nas zonas rurais foram também criados e lançados no decurso do ano. Com base nesses factos e evidências acima

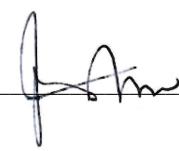
apresentados, o Conselho Fiscal é de opinião que a Assembleia Geral de Accionistas do Banco Terra,

• APROVE O RELATÓRIO E CONTAS DO BANCO TERRA, REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012;

• APROVE O RESULTADO LÍQUIDO APURADO E EVIDENCIADO NAS CONTAS NO MONTANTE DE -346 MILHÕES DE METICAIS E QUE O MESMO SEJA TRANSITADO PARA O ANO SEGUINTE;

Por fim, o Conselho Fiscal expressa a sua preocupação pela opinião qualificada emitida pelo auditor externo sobre as demonstrações financeiras e recomenda à Administração para envidar esforços para num breve período regularizarem e reconciliarem os saldos das contas suspensas e se criem mecanismos de controlo interno para evitar fraudes e outras irregularidades.

Para melhorar o desempenho do banco nos próximos anos, são necessários mais investimentos a resultarem de acções e negociações já em curso. O Conselho Fiscal tomou conhecimento desses esforços para reverter a situação actual, e recomenda que os investimentos necessários sejam concretizados urgentemente.


Anabela E. Mucavela
Presidente


Fred Persel
Vogal

APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

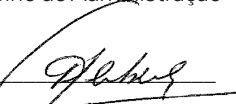
Os Administradores são responsáveis pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira do Banco no final do exercício económico, assim como o rendimento integral, os fluxos de caixa do exercício e demais informação contida neste relatório anual.

Para permitir que os administradores possam exercer estas responsabilidades, o Conselho de Administração e a gestão estabeleceram normas, implementaram sistemas contabilísticos e de controlo interno e sistemas de informação destinados a fornecer uma garantia razoável quanto à salvaguarda dos activos. O risco de ocorrência de erros, fraude ou perdas está minimizado de forma efectiva em termos de custo. Estes controlos, contidos nas políticas e procedimentos estabelecidos, incluem a delegação de responsabilidades e autoridade na medida adequada, procedimentos contabilísticos eficazes e uma adequada segregação de funções. O Conselho Fiscal e a Auditoria Interna, em conjunto com os auditores externos, desempenham um papel fundamental nas questões relativas ao controlo interno e financeiro, políticas contabilísticas, relato e divulgação.

Tendo em consideração as previsões e recursos de caixa disponíveis, não existem razões para que a Administração não acredite na continuidade das actividades do Banco no decurso do próximo ano em estrita observância do princípio da continuidade. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com bases no conceito acima descrito. Compete aos auditores externos elaborar o relatório de auditoria sobre as Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras do exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2012, constantes das páginas 4 a 74, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Terra, S.A. a 31 de Maio de 2013 e encontram-se assinadas em seu nome pelos seguintes representantes:


Francisco Souto
Vice-Presidente do Conselho de Administração


Dominicus Terberg
Director Executivo


Christopher Curtis
Director Financeiro


Dionísio Manhique
Contabilidade e Reporte

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE METICAIS

Descrição	Notas	2012	2011
		000 MT	000 MT
Juros e Rendimentos Similares	5	233 405	254 317
Juros e Encargos Similares	5	(130 857)	(113 771)
Margem Financeira		102	140
		548	546
Imparidades de crédito líquidas de reversões e recuperações	11.3	(124 066)	(48 699)
Margem Financeira líquida de reversões e recuperações		(21 518)	91 847
Comissões recebidas	6	23 859	23 535
Comissões pagas	6	(5 335)	(6 402)
Comissões líquidas		18	17 134
		524	
Resultado de operações financeiras	7.1	8 370	(3 658)
Outros resultados operacionais	7.2	16 197	(21 354)
Produto bancário		21 573	83 970
Custos de estrutura	8.1	(326 865)	(332 529)
Provisões líquidas	8.2	(41 150)	(28 236)
Perdas operacionais		(368 015)	(360 765)
Resultados antes de imposto		(346 443)	(276 795)
Impostos sobre os lucros		-	-
Resultado após imposto		(346 443)	(276 795)
Rendimento integral		(346 443)	(276 795)

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE METICAIS

Descrição	Notas	2012	2011	2011
		000 MT	REEDITADA	INICIAL
Activo			000 MT	000 MT
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	9	170 611	149 790	149 790
Disponibilidades em Instituições de Crédito	10	81 741	116 959	116 959
Aplicações em Instituições de Crédito	11.1	281 093	61 266	61 266
Crédito a clientes	11.2	1 141 547	1 035 831	1 045 725
Activos financeiros disponíveis para venda	12	21 480	156 785	156 785
Outros activos tangíveis	13.1	61 693	59 482	59 482
Activos intangíveis	13.2	30 522	25 700	26 324
Activos por impostos correntes	14	9 891	6 030	6 030
Outros activos	15	174 093	90 980	90 980
Total do Activo		1 972 671	1 702 823	1 713 341
Passivo				
Recursos de outras Instituições de Crédito	16.1	231 076	388 019	388 019
Recursos de clientes	16.2	919 101	719 835	719 835
Outros empréstimos	17.1	268 779	115 038	115 038
Provisões	18	42 070	28 236	28 236
Outros passivos	19	39 646	133 252	133 252
Total do Passivo		1 500 671	1 384 380	1 384 380
Capitais Próprios				
Capital Social	20	1 127 743	1 065 000	1 065 000
Resultados transitados	21	(655 743)	(746 557)	(736 038)
Total dos Capitais Próprios		472 000	318 443	328 962
Total do Passivo e dos Capitais Próprios		1 972 671	1 702 823	1 713 341

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE METICAIS

	Capital Social	Reservas	Património Líquido
	000MT	000 MT	000 MT
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	665 000	(469 762)	195 238
Aumento do capital social	400 000		400 000
Rendimento integral do exercício de 2011		(276 795)	(276 795)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	1 065	(746 557)	318
	000		443
Alterações durante 2012			
Redução autorizada do capital social	(437 257)	437 257	
Rendimento integral do exercício de 2012		(346 443)	(346 443)
Aumento do capital social	500 000	-	500 000
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	1 127	(655 743)	472
	743		000

DEMONSTRAÇÃO DOS DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE METICAIS

Descrição	Notas	2012	2011
		000 MT	000 MT
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Fluxo utilizado durante operações	22	(159 116)	(166 316)
(Aumentos)/diminuições dos activos e passivos operacionais	23	(221 775)	(247 274)
Fluxos de caixa de actividades operacionais		(380 891)	(413 590)
Impostos pagos		(0)	(100)
Fluxo de caixa líquido de actividades operacionais		(380 891)	(413 690)
Fluxos de caixa de actividades de investimento			
Compra de activos tangíveis		(24 892)	(22 928)
Compra de activos intangíveis		(19 474)	(10 136)
Valores recebidos na venda de imobilizações		310	40
Fluxo de caixa líquido de actividades de investimento		(44 056)	(33 024)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento			
Realização de capital social	20.1	410 550	400 000
Fluxo de caixa líquido de actividades de financiamento		410 550	400 000
Aumento/ (diminuição) em de caixa e equivalentes		(14 397)	(46 714)
Caixa e equivalentes no início do período		266 749	313 463
Caixa e equivalentes no final do período	9		
	10	252 352	266 749

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE METICAIS

1. CONSTITUIÇÃO E ACTIVIDADE

O Banco Terra, S.A. ("o Banco") é uma sociedade anónima, domiciliada em Moçambique, constituída por escritura pública de 3 de Dezembro de 2007, cujo objecto consiste no exercício de actividades bancárias e financeiras, bem como de todas as actividades complementares que as instituições bancárias ou financeiras estejam licenciadas para exercer, a título principal e não exclusivo, focando-se na componente de desenvolvimento e negócios nas áreas rurais de Moçambique, dentro dos limites previstos na lei. A Sede do Banco Terra situa-se na Av. Samora Machel, 323, na cidade de Maputo em Moçambique. O Banco iniciou as suas operações em Abril de 2008 e a carteira de crédito foi gerida pela GAPI – Sociedade de Investimentos, S.A. no período de Janeiro a Março de 2008.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

2.1.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme emitidas pelo International Accounting Standards Board ("Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade").

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de Maio de 2013.

2.1.2 BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no princípio do custo histórico, com excepção de alguns activos financeiros disponíveis para venda que foram avaliados em função do justo valor. Alterações nas normas contabilísticas

ALTERAÇÕES NAS NORMAS CONTABILÍSTICAS

A) NORMAS NOVAS E REVISTAS, ADOPTADAS PELO BANCO

Não entraram em vigor quaisquer novas interpretações IFRS ("Normas Internacionais de Relato Financeiro") ou da IFRIC ("Comissão de Interpretação das Normas Internacionais de Relato Financeiro"), aplicáveis ao exercício que teve início a partir de 1 de Janeiro de 2012, com efeito substancial nas demonstrações financeiras do Banco.

B) NORMAS E INTERPRETAÇÕES

EMITIDAS QUE AINDA NÃO ENTRARAM EM VIGOR

Entraram em vigor várias normas novas e revisões a normas e interpretações que se aplicam a períodos anuais com início após 1 de Janeiro de 2012 e que não foram aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras. Não se prevê que qualquer delas tenha qualquer efeito significativo nas demonstrações financeiras do Banco, com excepção das que adiante se enunciam:

Adenda à IAS 1 ("Normas Internacionais de Contabilidade"), "Apresentação de demonstrações financeiras", relativamente a capitais próprios. A principal alteração introduzida por esta adenda é a obrigação que impede sobre as pessoas colectivas de agruparem os itens apresentados na rubrica "outro rendimento integral" (ORI) em função do potencial de reclassificação subsequente para resultados do exercício (ajustamentos de reclassificação). A adenda não refere os itens que devem ser apresentados nos Capitais Próprios.

IFRS 13, "Mensuração ao justo valor", visa melhorar a coerência e reduzir a complexidade mediante o estabelecimento da definição precisa de justo valor e uma única fonte de mensuração ao justo valor, bem como de requisitos de divulgação para utilização ao abrigo das IFRS. Os requisitos, que aderem, em grande medida, às IFRS e aos GAAP ("Princípios de Contabilidade de Aceitação Geral") dos E.U.A., não ampliam o âmbito de utilização da contabilidade ao justo valor, mas fornecem directrizes para a sua aplicação, sempre que a sua utilização já seja obrigatória ou permitida por força de outras normas contidas nas IFRS ou nos GAAP dos E.U.A.

IFRS 9, "Instrumentos financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de activos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em Novembro de 2009 e Outubro de 2010. Revoga as secções da IAS 39 relativas à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. A IFRS 9 exige a classificação dos activos financeiros em duas categorias de mensuração: mensuração ao justo valor e mensuração ao custo amortizado. A determinação é efectuada no reconhecimento inicial. A classificação depende do modelo de negócio que a pessoa colectiva utiliza na gestão dos seus instrumentos financeiros e das características contratuais

dos fluxos de caixa do instrumento. Relativamente a passivos financeiros, a norma mantém em vigor a maioria das obrigações previstas na IAS 39. A alteração mais significativa é que, nos casos em que se opta pela mensuração do passivo financeiro ao justo valor, a parte da alteração do justo valor decorrente do risco de crédito da pessoa colectiva é registada no rendimento integral e não nos resultados operacionais, com excepção dos casos em que isto dê lugar a incongruências contabilísticas. O Banco ainda não avaliou todos os efeitos da IFRS 9, mas pretende adoptar a norma o mais tardar até ao período contabilístico com início a partir de 1 de Janeiro de 2015. O Banco terá ainda em consideração o efeito nas demais fases da IFRS 9 quando concluídas pelo IASB.

Não existem outras interpretações IFRS ou IFRIC, Adaptadas antecipadamente pelo Banco:

2.1.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

A) MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional do Banco é o Metical moçambicano, uma vez que se trata da moeda do ambiente económico principal em que o Banco opera e a moeda em que os registos contabilísticos são mantidos. Todos os montantes constantes das demonstrações financeiras estão expressos em milhares de meticais (MT).

B) UTILIZAÇÃO DE ESTIMATIVAS

A elaboração de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS exige que a gestão formule juízos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes reportados de activos, passivos, ganhos e perdas. Os resultados efectivos poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos em que as mesmas assentam são objecto de análise contínua. As revisões de estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista e em quaisquer períodos futuros afectados. Na nota 4, descreve-se a utilização de estimativas e as principais áreas de incerteza das estimativas na aplicação de políticas contabilísticas com efeito mais significativo em montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

2.1.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas adiante descritas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo nos casos expressamente indicados.

A) OPERAÇÕES CAMBIAIS

As operações cambiais encontram-se convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção e os activos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras encontram-se convertidos à taxa de câmbio em vigor na data de referência. As diferenças cambiais decorrentes da conversão encontram-se reconhecidas na demonstração do resultado integral. Os activos e passivos não monetários que estejam denominados em moedas estrangeiras e que se encontrem valorizados ao custo histórico foram convertidos à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

B) JUROS

Os resultados de juros encontram-se reconhecidos na demonstração de resultado integral, utilizando o método da taxa efectiva. O método da taxa efectiva consiste no cálculo do custo amortizado de um activo ou de um passivo financeiro e da imputação do rendimento ou dos encargos de juros ao período relevante.

A taxa de juro consiste na taxa que desconta, em termos exactos, os pagamentos futuros ou recebimentos de caixa previstos durante a vida expectável do activo ou passivo financeiro (ou período inferior, sempre que adequado), do valor contabilístico do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro é estabelecida no reconhecimento inicial do activo ou passivo financeiro e não é objecto de revisões posteriores.

Os encargos da operação são encargos suplementares directamente imputáveis à aquisição, emissão ou alienação de um activo ou passivo financeiro.

C) COMISSÕES PAGAS E RECEBIDAS

Os resultados de taxas e comissões, que integram a taxa de juros aplicável a um activo ou passivo financeiro, são incluídos na mensuração da taxa de juro. Os outros rendimentos de taxas e comissões, incluindo os serviços de gestão de caixa, serviços

de intermediação, projectos e operações de financiamento estruturado, comissões de vendas, comissões de distribuição e comissões de sindicância são reconhecidos no momento da realização.

Os outros encargos de taxas e comissões relacionam-se principalmente com comissões de operações e serviços e são desembolsados à medida que os serviços são recebidos.

D) RESULTADO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Os resultados de operações financeiras incluem os resultados decorrentes de operações cambiais e a conversão de itens monetários cambiais.

E) ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nos termos da IAS 39, todos os activos e passivos financeiros devem ser reconhecidos na demonstração da posição financeira e mensurados em função da categoria que lhes foi atribuída.

ACTIVOS FINANCEIROS

O Banco aloca os activos financeiros às seguintes categorias da IAS 39: créditos e valores a receber e activos financeiros disponíveis para venda. A gestão determina a classificação dos seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

CRÉDITOS E VALORES A RECEBER

Os créditos e valores a receber são activos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou quantificáveis que não estão cotados no mercado activo, além dos seguintes:

- dos que o Banco pretende vender imediatamente ou a curto prazo, que estão classificados como activos financeiros para negociação, e aqueles que se designem, no reconhecimento inicial, ao justo valor através dos resultados (ganhos ou perdas);
- dos que o Banco, no reconhecimento inicial, designe como disponíveis para venda; ou
- daqueles relativamente aos quais o titular possa não recuperar substancialmente todo o seu investimento inicial por outro motivo que não a deterioração do crédito.

Os créditos e valores a receber são inicialmente reconhecidos ao justo valor – que consiste na contrapartida monetária para processar a concessão ou adquirir o crédito, incluindo quaisquer encargos da operação –

e posteriormente avaliados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efectiva. Os créditos e valores a receber são lançados na demonstração da posição financeira como créditos a bancos ou clientes. Os juros sobre créditos constam na demonstração do rendimento integral e são lançados na rubrica "Juros e rendimentos similares". Em caso de imparidade, as perdas por imparidade são lançadas como dedução do valor contabilístico do crédito e reconhecidas na demonstração do rendimento integral como "Imparidade de crédito líquida de reversão e recuperações".

ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os investimentos disponíveis para venda são activos financeiros cuja detenção se pretende que seja por período indeterminado, e que poderão ser vendidos para dar resposta a necessidades de liquidez ou alterações das taxas de juros, taxas de câmbio ou preços de capitais próprios ou que não se encontrem classificados como créditos e valores a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são inicialmente reconhecidos ao justo valor, que consiste na contrapartida monetária, incluindo os encargos da operação, sendo posteriormente avaliados ao justo valor, devendo os resultados ser reconhecidos na demonstração de rendimento integral com excepção das perdas por imparidades e ganhos e perdas de operações cambiais, até que o activo financeiro seja desreconhecido. Se for determinada a imparidade de um activo financeiro disponível para venda, os resultados acumulados que tiverem sido anteriormente reconhecidos na demonstração de rendimento integral serão reconhecidos nos resultados. Contudo, os juros são calculados em função do método da taxa de juro efectiva, e os os ganhos e perdas da moeda estrangeira de activos monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidos na demonstração de rendimento integral.

PASSIVOS FINANCEIROS PASSIVOS AVALIADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Os passivos financeiros que são avaliados ao custo amortizado. Os Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado são os depósitos de bancos e débitos subordinados.

DETERMINAÇÃO DO JUSTO VALOR

Relativamente a instrumentos financeiros transaccionados em mercados activos, a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros baseia-se em preços cotados no mercado activo ou em cotações.

Considera-se que um instrumento financeiro está cotado num mercado activo se os preços cotados se encontrarem pronta e periodicamente disponíveis em bolsas de valores, intermediários, correctores, grupos do sector, serviço de preços ou agências regulatórias, e se reflectirem transacções reais e periódicas no mercado, em condições normais de mercado. Se os critérios anteriormente referidos não ocorrerem, considera-se que o mercado é ilíquido. A verificação de uma considerável disparidade entre procura-oferta, o aumento significativo da disparidade procura-oferta, ou a existência de poucas operações recentes, constituem indícios de que um mercado está inactivo.

Relativamente a todos os restantes instrumentos financeiros, o justo valor é determinado em função de técnicas de avaliação. Nestas técnicas, o justo valor é estimado em função de dados observáveis relativos a instrumentos financeiros de tipo semelhante, utilizando modelos para estimar o valor actual de futuros fluxos de caixa previstos ou outras técnicas de avaliação, utilizando pressupostos (por exemplo, curva de rendimento da LIBOR, taxas cambiais, volatilidades e spreads de contraparte) válidas à data da demonstração da posição financeira.

O Banco só utiliza modelos de avaliação de reconhecimento generalizado para determinar o justo valor de instrumentos financeiros não normalizados de menor complexidade, tais como Bilhetes do Tesouro e Títulos de Dívida Pública. Relativamente a estes instrumentos financeiros, as entradas nos modelos são, em geral, observáveis no mercado.

Nos casos em que o justo valor dos instrumentos de capital próprio não cotados não pode ser determinado de forma fiável, os instrumentos são contabilizados ao custo deduzido da imparidade. O justo valor dos créditos bem como dos passivos com bancos e clientes é determinado com recurso ao modelo do valor actual, com base em

fluxos de caixa acordados contratualmente, tendo em conta a qualidade do crédito, liquidez e custos.

DESRECONHECIMENTO

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa destes activos se extinguem, ou quando os activos tiverem sido substancialmente transmitidos todos os riscos e prémios decorrentes da titularidade dos activos. Se todos os riscos e prémios não tiverem sido substancialmente transmitidos, o Banco analisa o controlo para garantir que o envolvimento continuado com base em quaisquer poderes de controlo retidos não impede o desreconhecimento. Os passivos financeiros são desreconhecidos, aquando do respectivo resgate ou extinção.

As garantias (ações e obrigações) prestadas pelo Banco ao abrigo de contratos de recompra e operações de crédito e empréstimo de garantias não são desreconhecidas, uma vez que o Banco mantém, substancialmente, todos os riscos e prémios, com base no preço de recompra pré-estabelecido, não estando por isso preenchidos os critérios de desreconhecimento. Esta situação é igualmente aplicável a determinadas operações de titularização em que o Banco retém parte dos riscos.

RECLASSIFICAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS

Os activos financeiros que não sejam créditos e valores a receber podem ser reclassificados a partir da categoria dos activos financeiros para negociação apenas em casos raros, decorrentes de um único facto que seja incomum e pouco provável de voltar a ocorrer a curto prazo. Além disso, o Banco poderá optar por reclassificar activos financeiros que caibam na definição de créditos e valores a receber, a partir das categorias de activos financeiros para negociação e disponíveis para venda, se o Banco tiver a intenção e a capacidade de deter os referidos activos financeiros num futuro previsível ou até à maturidade na data de reclassificação. Não se procedeu a quaisquer reclassificações neste exercício.

COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os activos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é reconhecido na demonstração da posição financeira, sempre que exista um direito legal de compensar os montantes reconhecidos e haja intenção de liquidação pelo seu valor líquido ou de realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

IMPARIDADES DE ACTIVOS FINANCEIROS

ACTIVOS CONTABILIZADOS AO CUSTO AMORTIZADO

O Banco avalia, a cada data de reporte, se existem evidências objectivas da imparidade de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros. Só se verifica a imparidade de um activo financeiro ou de um grupo de activos financeiros, incorrendo-se em perdas por imparidade, se houver evidências concretas de imparidade, na sequência de uma ou mais situações que se verifiquem após o reconhecimento inicial do activo (uma "situação de perda") e a referida situação de perda (ou situações) afecte os futuros fluxos de caixa estimados do activo financeiro ou do grupo de activos financeiros e possa ser estimada de modo fiável.

Os critérios que o Banco usa para determinar a existência de evidências concretas de perdas por imparidade incluem:

- a) dificuldades financeiras consideráveis do emitente ou do devedor;
- b) incumprimento contratual, tal como incumprimento ou mora em termos de pagamento de juros ou reembolso de capital;
- c) a atribuição, por parte do mutuante ao mutuário, por motivos económicos ou legais que se prendam com a dificuldade financeira do mutuário, de uma concessão que o mutuante de outro não consideraria;
- d) verificação da probabilidade de o mutuário vir a entrar em processo de falência ou outro tipo de reestruturação financeira; e
- e) o desaparecimento de um mercado líquido para aquele activo financeiro devido a dificuldades financeiras.
- f) dados observáveis que indiquem que existe um decréscimo mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados de uma carteira de activos financeiros desde o reconhecimento inicial dos mesmos, embora o decréscimo ainda não possa ser identificado com os activos financeiros individuais constantes da carteira, incluindo:

i) alteração de circunstâncias da situação de pagamento dos mutuários constantes da carteira; e

ii) condições económicas nacionais ou locais relacionadas com incumprimentos relativamente aos activos na carteira.

O período estimado entre a verificação de perdas e a respectiva identificação pela direcção para cada carteira identificada. Em geral, os períodos usados variam entre três e doze meses. Em casos excepcionais, são necessários prazos superiores.

O Banco avalia, em primeiro lugar, a existência individual de evidências concretas de imparidade para activos financeiros que tenham relevância individual, e existência individual ou conjunta relativamente a activos financeiros que não tenham relevância individual. Se o Banco determinar que não existem evidências objectivas de imparidade relativamente a um activo financeiro avaliado individualmente, quer tenha ou não relevância, incluirá o activo num grupo de activos financeiros com características semelhantes em termos de risco de crédito e avaliará a imparidade dos mesmos em conjunto. Os activos cuja imparidade for individualmente avaliada e relativamente aos quais se reconheça ou se continue a reconhecer perdas por imparidade não são incluídos na avaliação conjunta de imparidade.

O montante da perda é medido como a diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos futuros fluxos de caixa estimados (incluindo perdas futuras de crédito que não se tenham verificado), descontada à taxa de juros efectiva original do activo financeiro. O valor contabilístico do activo é reduzido mediante a utilização de uma conta de abatimento e o montante da perda é reconhecido na demonstração de rendimento integral. Se um crédito tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir qualquer perda por imparidade é a taxa de juros efectiva actual estabelecida no contrato.

O cálculo do valor actual dos futuros fluxos de caixa estimados de um activo financeiro garantido, reflecte os fluxos de caixa que poderão resultar da execução da garantia, menos os custos de constituição e venda da garantia, independentemente da execução ser ou não provável. Para efeitos de uma avaliação conjunta de imparidade, os activos financeiros são agrupados em função de características semelhantes em termos de risco de crédito. As referidas características são relevantes para a estimativa de futuros fluxos de caixa para grupos dos referidos activos, uma vez que são indiciadoras da capacidade dos devedores de pagar todos os montantes em dívida nos termos dos respectivos contratos relativos aos activos avaliados.

Os fluxos de caixa futuros num grupo de activos financeiros que sejam conjuntamente avaliados em termos de imparidade são estimados em função dos fluxos de caixa contratuais dos activos no Banco e das perdas históricas relativas a activos com características semelhantes aos do Banco, em termos de risco de crédito. As perdas históricas são ajustadas em função de dados observáveis actuais para reflectir os efeitos das condições actuais que não tenham afectado o período a que as perdas históricas se reportam e para afastar os efeitos de condições no período histórico que não existem actualmente.

As estimativas de alterações em futuros fluxos de caixa para grupos de activos devem reflectir e ser direcionalmente consistentes com as alterações em dados observáveis relacionados periodicamente (por exemplo, alterações nas taxas de desemprego, preços de imóveis, situações de pagamento, ou outros factores indiciadores de alterações na probabilidade de perdas do Banco e respectiva dimensão).

Os créditos incobráveis são objecto de abate ("write-off"), na conta correspondente de abatimento para imparidade de créditos. Os referidos créditos são abatidos após a conclusão de todos os procedimentos necessários e da determinação do montante das perdas. Os encargos por imparidade relativos a créditos a bancos e a clientes são classificados na rubrica imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações.

Se, num período posterior, o montante das perdas por imparidade diminuir, podendo a redução ser objectivamente relacionada com uma situação verificada após o reconhecimento da imparidade (tal como a melhoria da avaliação de crédito do devedor), a imparidade anteriormente reconhecida é revertida mediante o ajustamento da conta de abatimento. O montante da reversão é reconhecido na demonstração de rendimento integral

ACTIVOS CLASSIFICADOS COMO DISPONÍVEIS PARA VENDA

O Banco avalia, em cada data da posição financeira, se existem evidências objectivas da imparidade de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros.

No caso de investimentos de capital próprio, classificados como disponíveis para venda, o declínio significativo ou prolongado do justo valor do título abaixo do seu custo constitui evidência objectiva de imparidade que resultará no reconhecimento de uma perda por imparidade. Se as referidas evidências se verificarem relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – medida como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, menos qualquer perda por imparidade verificada no activo financeiro previamente reconhecida nos resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na rubrica de resultados operacionais da demonstração de rendimento integral. As perdas por imparidade reconhecidas nos resultados operacionais relativamente a instrumentos de capital próprio não são revertidas através da demonstração de rendimento integral. Se, em período posterior, se verificar o aumento do justo valor de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda e o aumento for passível de ser objectivamente relacionado com uma situação ocorrida após o reconhecimento da perda por imparidade nos resultados, a perda por imparidade é revertida através dos resultados operacionais.

F) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A caixa e equivalentes de caixa são compostos por saldos com maturidade inferior a três meses, a contar da data de aquisição, incluindo dinheiro em caixa, depósitos à ordem em outros bancos e outros investimentos de elevada liquidez a curto prazo com maturidades iniciais de três meses ou menos.

Caixa e saldos de caixa com Bancos Centrais são compostos por saldos de caixa e depósitos no Banco de Moçambique, principalmente para cumprimento da constituição de reservas obrigatórias.

G) EMPRÉSTIMOS QUE VENCEM JUROS

Os empréstimos que vençam juros são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo qualquer diferença entre o montante recebido do mutuário e o justo valor do empréstimo reconhecida como rendimento diferido na demonstração da posição financeira. O rendimento diferido será posteriormente amortizado na demonstração de rendimento integral durante o período de vida do contrato. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos que vençam juros são avaliados ao justo valor.

H) OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Bens próprios

I) RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os activos tangíveis são lançados ao custo menos a desvalorização acumulada e as perdas por imparidade. O custo dos activos de construção própria inclui o custo dos materiais, mão-de-obra directa e uma parcela adequada dos custos gerais de produção.

Sempre que um activo tangível compreenda componentes principais com diferentes vidas úteis, serão os mesmos contabilizados como itens autónomos.

II) CUSTOS POSTERIORES

Os custos posteriores são incluídos no valor contabilístico do activo ou reconhecidos como activo autónomo, conforme adequado, apenas no caso de probabilidade dos benefícios económicos futuros associados ao activo reverterem a favor do Banco e o custo do activo poder ser avaliado de forma fiável. As demais reparações e manutenção correntes são reconhecidas na rubrica de custos de estrutura, durante o período financeiro em que forem incorridos.

DEPRECIÇÃO

A depreciação é calculada segundo o método linear para imputar o seu custo aos respectivos valores residuais durante as vidas úteis estimadas dos mesmos. As vidas úteis estimadas para os períodos actual e comparativo são as seguintes:

	Número de anos
Equipamento, mobiliário e renovações	8-10
Equipamento informático	3-5
Veículos	4
Beneficências nas locações	3

Os valores residuais, método de desvalorização e vidas úteis dos activos são revistos anualmente e ajustados, sempre que adequado, em cada data de reporte. Os activos passíveis de desvalorização são revistos em termos de imparidade sempre que as situações ou alterações de circunstâncias indiquem que o valor contabilístico poderá não ser recuperável. O valor contabilístico de um activo é imediatamente lançado ao seu valor recuperável se o valor contabilístico do activo for superior ao valor recuperável estimado. O valor recuperável é o justo valor do activo menos os custos de venda ou o valor de uso, consoante o que for mais elevado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados mediante a comparação das receitas com o valor contabilístico. São lançados na rubrica de perdas operacionais ou outros resultados operacionais, na demonstração de resultados compreensivos.

I) ACTIVOS INTANGÍVEIS

SOFTWARE

O software adquirido pela empresa é lançado ao custo menos a amortização acumulada e perdas por imparidades. Esta categoria de activos é composta pelas aplicações para as principais actividades bancárias, contabilidade e de salários. Não existem activos gerados internamente.

AMORTIZAÇÃO

A amortização é reconhecida na demonstração de rendimento integral segundo o método linear, durante as vidas úteis dos activos intangíveis. Os activos intangíveis são amortizados durante um período máximo de 3 anos. A vida útil e o método de amortização são revistos anualmente.

Não foram constituídos quaisquer penhores sobre titulos, bens, instalações e equipamentos a título de garantia de passivos.

J) IMPARIDADES DE ACTIVOS NÃO FINANCEIROS

Os activos intangíveis com vida útil indeterminada não estão sujeitos a amortização e são avaliados anualmente em termos de imparidade.

Os activos são revistos em termos de imparidade sempre que as situações ou alterações de circunstâncias indiquem que o valor contabilístico poderá não ser recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas no montante em que o valor contabilístico do activo ultrapasse o valor recuperável do mesmo. O valor recuperável é o justo valor do activo menos os custos de venda ou o valor de uso, consoante o que for mais elevado. Para efeitos de avaliação de imparidade, os activos são agrupados ao nível mais baixo em que existam recebimentos de caixa que possam ser identificáveis em separado (unidades geradoras de caixa).

O teste de imparidade poderá ser também efectuado a um único activo sempre que o justo valor, menos os encargos de venda ou o valor de uso, possa ser determinado de forma fiável. Não se verificou a imparidade de quaisquer activos não financeiros durante o exercício.

K) CONTRACTOS DE ARRENDAMENTO

Os contratos de arrendamento celebrados pelo Banco são essencialmente arrendamentos operacionais. Os pagamentos efectuados nos termos dos arrendamentos operacionais são imputados aos custos operacionais na demonstração de rendimento integral segundo o método linear, durante o período de vigência do arrendamento.

Em caso de resolução de um contrato operacional, os pagamentos efectuados ao locador a título de cláusula penal são reconhecidos como encargos no período em que se verifica a resolução

L) BENEFÍCIOS DOS TRABALHADORES

O banco efectua contribuições para os planos de reforma dos seus trabalhadores, conforme previsto na legislação local sobre pensões, e não existem outras obrigações de pagamento após a realização destas contribuições. As contribuições são reconhecidas como um encargo com benefícios de trabalhadores na data do seu vencimento.

O Banco não tem qualquer outro sistema de pensões e, consequentemente, não tem qualquer obrigação relativamente a pensões.

As obrigações relativas a benefícios de trabalhadores a curto prazo são avaliadas numa base não descontada e desembolsadas à medida que os serviços relacionados são prestados. Os benefícios a curto prazo incluem ainda salários, licenças vencidas e outros benefícios.



M) CAPITAIS PRÓPRIOS

Os custos adicionais directamente imputáveis à emissão de novas acções são lançados na rubrica capital próprio como dedução, líquidos de impostos, das receitas como reserva (negativa) de capital.

Os dividendos sobre acções ordinárias são reconhecidos no capital próprio no período em que são aprovados pelos accionistas da empresa.

N) IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

As despesas com impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto sobre lucros é reconhecido na demonstração de rendimento integral excepto na medida em que se relacione com itens directamente reconhecidos no capital próprio ou outro rendimento integral caso em que é reconhecido no capital próprio ou em outro rendimento integral.

O imposto corrente é o montante de imposto previsto a liquidar sobre o rendimento tributável do exercício, utilizando taxas de imposto aprovadas na demonstração da posição financeira, e quaisquer ajustamentos ao imposto liquidável relativamente a exercícios anteriores.

O imposto diferido é lançado prevendo as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos, para efeitos de reporte financeiro, e os valores usados para efeitos fiscais. O montante do imposto diferido reconhecido baseia-se na forma esperada de realização ou liquidação do valor contabilístico dos activos e passivos,

mediante a utilização de taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data da demonstração da posição financeira. Os activos e passivos fiscais diferidos são compensados se houver algum direito legalmente exequível de compensar passivos fiscais correntes contra activos fiscais correntes, ou sobre diferentes contribuintes/entidades fiscais, mas pretendem liquidar activos e passivos fiscais correntes numa base líquida ou os seus activos e passivos fiscais serão realizados em simultâneo.

Os activos fiscais diferidos são reconhecidos sempre que seja provável a disponibilidade de futuros lucros fiscais contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. A gestão é da opinião que não existirão activos fiscais diferidos, uma vez que o banco não prevê a realização de lucros durante os cinco próximos anos, após o que as perdas avaliadas não poderão transitar.

Imposto diferido	
Prejuízos fiscais em 2008	60 372
Prejuízos fiscais em 2009	152 596
Prejuízos fiscais em 2010	212 969
Prejuízos fiscais em 2011	219 779
Prejuízos fiscais em 2012	279 426
Total dos prejuízos fiscais	925 142
Taxa de imposto	* 32%
Total de imposto diferido	296 045

3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

O Banco encontra-se exposto a diferentes riscos. Correr riscos é fundamental para o desempenho financeiro e os riscos operacionais são a consequência inevitável do exercício da actividade. O objectivo do Banco é alcançar um equilíbrio adequado entre o risco e o retorno e minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. Em 2012, criou-se o Departamento de Risco no Banco para garantir a gestão adequada e eficiente do risco.

As actividades do banco estão, por natureza, principalmente relacionadas com a utilização de instrumentos financeiros. O Banco aceita depósitos de clientes a taxas fixas e variáveis, e a diversos prazos, e procura ganhar margens de juros superiores à média mediante o investimento destes fundos em activos de elevada qualidade. O Banco procura aumentar estas margens mediante a consolidação de fundos a curto prazo e a concessão de crédito por períodos superiores a taxas mais elevadas, enquanto mantém liquidez suficiente para dar resposta a todas as operações que se possam vencer.

Assim, as políticas de gestão do risco do banco foram concebidas para identificar e analisar estes riscos, para estabelecer limites e controlos adequados do risco, e para monitorizar os riscos e adesão aos limites mediante sistemas informativos fiáveis e actualizados. O Banco revê as suas políticas e sistemas de gestão de risco periodicamente para reflectir as alterações dos mercados, produtos e melhores práticas emergentes.

A gestão do risco é realizada nos vários departamentos, ao abrigo de políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Cada Departamento identifica e avalia os riscos financeiros em estreita colaboração com as unidades operacionais do Banco.

O Conselho fornece princípios escritos de gestão global do risco, bem como políticas escritas sobre áreas específicas, tais como os riscos cambiais, riscos de taxa de juros e riscos de crédito. Além disso, a auditoria interna é responsável pela análise independente da gestão de risco e ambiente de controlo.

Os tipos mais importantes de risco são risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco de solvência e outros riscos operacionais. O risco de mercado inclui o risco cambial, o risco de taxas de juro e outros riscos de preço.

3.1 RISCO DE CRÉDITO

O Banco está exposto ao risco de crédito, que consiste no risco de uma contraparte causar perdas financeiras ao Banco ao incumprir qualquer obrigação. As perdas por imparidade são reconhecidas como perdas incorridas à data de reporte. Alterações significativas da economia ou do estado de um determinado segmento de sector que represente uma concentração da carteira do Banco podem resultar em outras perdas além das registadas na data de reporte. Por

isso, a gestão gere cuidadosamente a sua exposição a riscos de crédito.

A exposição a riscos de crédito é gerida através da análise periódica da capacidade dos mutuários e potenciais mutuários de cumprirem as respectivas obrigações de pagamento de juros e reembolso de capital e mediante a alteração do limite de crédito, sempre que adequado. A exposição a riscos de crédito é gerida mediante a obtenção de garantia real ou pessoal. O conselho de administração criou um comité de crédito, responsável pela implementação da política de crédito do banco. Constitui política do banco exigir a prestação de garantia real adequada para garantir os créditos concedidos.

Não se verificaram quaisquer alterações em termos de objectivos, políticas e procedimentos de gestão do risco relativamente ao exercício anterior.

MODELO DE IMPARIDADE

O modelo de imparidade utilizado pelo banco classifica-se em 3 categorias, conforme segue:

A) IMPARIDADE COLECTIVA

A imparidade colectiva avalia a imparidade de carteira com base numa percentagem de perda por incumprimento que é determinada a partir duma análise ao sector bancário de Moçambique.

B) IMPARIDADE INDIVIDUAL

Os particulares são avaliados em termos de risco, em função dos montantes de crédito concedidos e garantias reais prestadas. Os consultores de crédito fornecem ao Comité de Crédito os dados de entrada sobre o desempenho e situação financeira actualizada dos clientes, mediante uma análise financeira e desenvolvimento empresarial, competindo ao Comité de Crédito decidir a imparidade sugerida para aprovação de cada cliente. Esta avaliação é realizada independentemente do cumprimento ou incumprimento dos clientes. Os créditos a partir de 2.5 milhões de meticais constituem a base do risco relativamente a todos os clientes, com excepção de entidades Públicas, Instituições Financeiras e os créditos garantidos por bancos Centrais.

C) IMPARIDADE ESPECÍFICA

Esta avaliação é realizada individualmente para clientes com empréstimos inferiores a 2.5 milhões de meticais. Estes activos são avaliados em taxas de desconto de fluxos de caixa equiparados aos saldos em dívida.. Se se verificar um saldo negativo, os montantes são lançados no rendimento integral, em imparidade acumulada.

3.1.1 MENSURAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

CRÉDITOS E APLICAÇÕES

O Banco avalia a probabilidade de incumprimento de contrapartes individuais segundo uma escala interna de avaliação adaptada às várias categorias de contrapartes. A escala de avaliação do Banco, adiante apresentada,

O) PROVISÕES

As provisões são reconhecidas sempre que o Banco tenha uma obrigação legal ou construtiva presente na sequência de eventos anteriores, quando existe uma grande probabilidade de ser necessário um dispêndio de recursos para liquidar a obrigação e quando o montante tiver sido estimado de forma fiável.

As provisões são mensuradas ao valor actual das despesas que se espera sejam necessárias para liquidar a obrigação, descontadas à taxa pré-imposto que reflecte a avaliação corrente do mercado do valor temporal do dinheiro e do risco específico do passivo.

P) CONTRATOS DE GARANTIA FINANCEIRA

Os contratos de garantia financeira são contratos que obrigam o emitente à realização de pagamentos definidos para reembolsar o titular de perdas em que este incorra, devido ao incumprimento de determinado devedor relativamente a uma obrigação de pagamento na data de vencimento, nos termos de instrumento de dívida. Estas garantias financeiras são prestadas a bancos, instituições financeiras e outros órgãos em representação de clientes, a fim de garantir créditos, descobertos e outros créditos bancários.

As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras ao justo valor na data da respectiva prestação. O justo valor de uma garantia financeira na data de assinatura é zero, dado

que todas as garantias são contratadas em termos comerciais normais e o valor do prémio acordado corresponde ao valor da obrigação garantida. Os prémios futuros não são reconhecidos como valores a receber.

Após o reconhecimento inicial, os passivos do banco ao abrigo das referidas garantias são mensurados ao valor inicial menos a amortização, a taxas reconhecidas de acordo com a IAS 18, ou com base na melhor estimativa do montante necessário para liquidar a garantia, consoante o que for mais elevado. Estas estimativas são determinadas em função de operações históricas semelhantes e de perdas passadas, complementado pelo julgamento da gestão. Os rendimentos de taxas são reconhecidos segundo o método linear, durante a vida da garantia.

Quaisquer aumentos do passivo que estejam relacionados com garantias são reportados na demonstração de rendimento integral, na rubrica de outras perdas operacionais.

	2011	2011	Impacto
	Reexpressão	Inicial	
Activo	60 372		
Crédito a Clientes	1.035.831	1.045.725	-9.894
Activos Intangíveis	25.700	26.324	-624
Capitais próprios			
Resultados transitados	746.557	736.038	10.519

COMO TÍTULOS DE DÍVIDA E PARTICIPAÇÕES SOCIAIS.

Os financiamentos e créditos a longo prazo a empresas são geralmente garantidos; as linhas de crédito individual rotativo não são, geralmente, garantidas. De modo a minimizar as perdas de crédito, o Banco procurará obter garantias reais adicionais da contraparte assim que são observados indicadores de imparidade para os créditos e aplicações

individuais relevantes.

As garantias reais constituídas sobre activos financeiros que não sejam créditos são determinadas em função da natureza do instrumento. Os títulos de dívida, bilhetes do tesouro e outros elegíveis não são, geralmente garantidos.

O montante de garantias reais de que o banco é titular é o seguinte:

	2011	2011
	MT	MT
Banca Privada e Corporativa	157 272	940 224
Crédito Hipotecário	1 792 872	1 514 289
Outros Créditos	570 056	151 473
A 31 de Dezembro	2 520 200	2 605 986

B) COMPROMISSOS RELACIONADOS COM O CRÉDITO

A principal finalidade destes instrumentos é garantir a disponibilidade dos fundos ao cliente, quando necessário. As garantias e cartas de crédito têm o mesmo risco de crédito dos empréstimos.

As cartas de crédito documentárias e comerciais, que constituem compromissos escritos do Banco em representação de um cliente, autorizando terceiros a sacar montantes sobre o Banco até um montante estipulado em termos e condições específicos, são garantidas pela subjacente expedição dos bens a que se reportam e, consequentemente, representam um risco menor do que os empréstimos directos.

Os compromissos de extensão de crédito representam parcelas não utilizadas de autorizações de extensão de crédito, sob a forma de empréstimos, garantias ou cartas de crédito. Relativamente ao risco de crédito de compromissos de extensão de crédito, o Banco fica potencialmente exposto a perdas em montante igual ao total dos compromissos não utilizados. Contudo, o montante provável das perdas é inferior ao total dos compromissos não utilizados, já que a maioria dos compromissos de extensão de crédito depende da manutenção, por parte dos clientes, de padrões de crédito específicos. O Banco monitora o prazo de vencimento dos compromissos de crédito, uma vez que os compromissos de longo prazo representam, em geral, um maior superior de risco de crédito por comparação com obrigações de curto prazo.

C) IMPARIDADE E POLÍTICAS DE PROVISÃO

Os sistemas de avaliação interna e externa descritos na nota 3.1.1 concentram-se, sobretudo, no mapeamento da qualidade de crédito desde o início das actividades de concessão de crédito e investimento. Em contraste, a imparidade é reconhecida para fins de reporte financeiro apenas para perdas que tenham sido incorridas à data da demonstração de posição financeira, em função das evidências objectivas de imparidade. Devido às diferentes metodologias utilizadas, o montante das perdas de crédito incorridas, e lançadas nas demonstrações financeiras no final do exercício, difere do montante determinado no modelo de perdas

esperadas que é utilizado para fins de gestão operacional interna e regulação bancária. No final do exercício, o montante reconhecido nas demonstrações financeiras é maior que o montante determinado no modelo de perdas esperadas utilizado para fins de gestão operacional interna e regulação bancária. A imparidade indicada na demonstração de posição financeira no final do exercício deriva de cada de cada um dos três níveis de avaliação interna. Contudo, a maioria da imparidade provém das duas últimas avaliações.

- CRÉDITOS VENCIDOS
- CRÉDITOS DE ALTO RISCO

A ferramenta de avaliação interna ajuda a direcção a determinar se se verificam evidências objectivas de imparidade, nos termos da IAS 39, com base nos seguintes critérios, definidos pelo Banco:

- MORA NOS PAGAMENTOS CONTRATUAIS DE CAPITAL OU JUROS;
- DIFICULDADES DE FLUXO DE CAIXA DO MUTUÁRIO (V.G., RÁCIO DE SOLVABILIDADE, PERCENTAGEM LÍQUIDA DO RENDIMENTO DAS VENDAS);
- VIOLAÇÃO DE ACORDOS OU CONDIÇÕES DE CRÉDITO;
- INÍCIO DE PROCESSOS DE FALÊNCIA;
- DETERIORAÇÃO DA POSIÇÃO COMPETITIVA DO MUTUÁRIO;
- DETERIORAÇÃO DO VALOR DA GARANTIA REAL; E
- DESGRADUAÇÃO ABAIXO DO NÍVEL DE INVESTIMENTO.

A política do Banco obriga à análise individual dos activos financeiros que se encontram acima dos limites de materialidade com frequência mínima anual ou, sempre que as circunstâncias particulares assim o exijam. As perdas por imparidade nas contas individualmente avaliadas são determinadas mediante avaliação das perdas incorridas à data da demonstração de posição financeira numa base caso-a-caso e aplicadas a todas as contas individualmente relevantes. Esta avaliação engloba, normalmente, as garantias reais detidas (incluindo reconfirmação de exequibilidade) e as receitas antecipadas daquela conta individual.

As perdas por imparidade avaliadas de forma colectiva são determinados em função dos resultados históricos disponíveis, estimativa da gestão e técnicas estatísticas

3.1.4 EXPOSIÇÃO MÁXIMA AO RISCO DE CRÉDITO ANTES DAS GARANTIAS REAIS DETIDAS OU OUTRAS MELHORIAS DE CRÉDITO

As exposições ao risco de crédito relacionadas com os activos constantes da demonstração de posição financeira são as seguintes:

	2011	2011
	MT	MT
Disponibilidades em outras instituições de crédito	81 741	116 959
Bilhetes do tesouro	19 948	155 250
Aplicações em instituições de crédito	281 093	61 266
Crédito a clientes	1 141 547	1 035 831
Empréstimos hipotecários	457 954	169 524
Outros empréstimos	683 594	866 307
As exposições a riscos de crédito relativas a itens extra-patrimoniais são as seguintes:		
Cartas de crédito	24 601	13 070
Garantias financeiras	5 678	507
A 31 de Dezembro	1 634 909	1 282 555

3.1.5 CRÉDITO E APLICAÇÕES CRÉDITO A CLIENTES

A tabela acima apresenta o pior cenário de exposição ao risco de crédito do Banco a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, sem ter em conta as garantias detidas ou outras melhorias de crédito. Relativamente aos activos constantes da demonstração de posição financeira, as exposições descritas acima baseiam-se em montantes contabilísticos líquidos tal como reportados na demonstração da posição financeira. Em 2012, as cartas de crédito no valor de MT 24.601 tinham os seguintes saldos: Merc Industrial Limitada (MT 22.589) e Corredor Agro Limitada (MT 1.834), que foram posteriormente liquidados em Janeiro e Fevereiro de 2013 respectivamente (2011: MT 13.070, que foi emitida à mCel em Setembro de 2011, com validade de 8 meses).

Categoria	2012	2011
	MT	MT
Nem vencidos, nem em imparidade (a)	727 369	611 844
Vencidos, mas não em imparidade (b)	229	291 454
Individualmente em imparidade (c)	347	249 162
Valor bruto	1 303 638	1 152 460
Imparidade	(162 091)	(116 629)
Valor líquido	1 141 547	1 035 831

Os créditos em imparidade são créditos que o Banco determina não ser capaz de cobrar todo o capital e juros vencidos nos termos contratuais do crédito através dos fluxos de caixa futuros esperados e/ou receitas da venda de garantias/garantias reais.

Aplicações em Instituições de Crédito

Nem vencidos, nem em imparidade (a)	281 093	61 266
Valor líquido (sem imparidade)	281 093	61 266

Crédito a clientes (nem vencidos, nem em imparidade)

	2012	2011
	MT	MT
Banca privada e corporativa		
Empréstimos hipotecários	211 266	74.459
Outros empréstimos	516	537.385
	103	
Total	727 369	611.844

Qualidade da carteira de crédito (nem vencidos, nem em imparidade) por sector:

	2012	2011
	MT	MT
Agricultura	123 923	127 333
Indústria transformadora	88 230	18 995
Construção civil e obras públicas	49 067	64 610
Comércio	417 361	305 520
Transportes e comunicações	19 693	35 815
Outros sectores	29 025	59 571
Total da carteira de crédito	727 369	611 844

B) CRÉDITOS VENCIDOS MAS SEM IMPARIDADE

Os créditos em mora inferior a 30 dias são considerados sem imparidade, a menos que haja outra informação disponível que indique o contrário. Relativamente ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2012, o montante é de MT 447.343 (2011: 291 454).

Categoria	Vencidos, mas não em imparidade (b)	Garantias líquidas contra créditos	Crédito não garantido
	2012	2012	2012
	MT	MT	MT
Empréstimos hipotecários	137 448	132 500	4 947
0 – 30 dias	60 535	60 535	-
30 – 90 dias	76 913	71 966	4 947
Outros créditos	91 576	33 744	57 831
0 – 30 dias	50 155	22 111	28 044
30 – 90 dias	41 421	11 634	29 787
A Dezembro de 2012	229 023	166 245	62 779
	291	257 376	1 680
A Dezembro de 2011	454		

C) CRÉDITOS COM IMPARIDADE INDIVIDUAL

	Crédito vencido	Crédito de cobrança duvidosa	Créditos com imparidade individual	Garantias líquidas contra créditos em imparidade	Créditos em imparidade não garantidos
	2012	2012	2012	2012	2012
	MT	MT	MT	MT	MT
Crédito a clientes	62 611	284 634	347 246	248 166	99 080
Banca privada e corporativa					-
Empréstimos hipotecários	20 718	185 354	206 072	176 410	29 662
Outros créditos	41 893	99 280	141 174	71 756	69 418
A Dezembro de 2012	62 611	284 634	347 246	248 166	67 794
A Dezembro de 2011	66 822	192 234	249 162	200 463	48 699

D) APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor total bruto dos empréstimos e adiantamentos a bancos com imparidade individual em 31 de Dezembro de 2012 era nulo (2011: nulo). O Banco não é titular de quaisquer garantias sobre empréstimos e adiantamentos a bancos.

E) CRÉDITOS RENEGOCIADOS / RE-ESTRUTURADOS

Os créditos renegociados poderão incluir acordos de prorrogação de pagamentos e taxas de juro renegociadas. Um empréstimo renegociado consiste numa conta de cliente previamente em mora que é restabelecida para situação regular e gerida em conjunto com outras contas semelhantes. Estes créditos são mantidos em constante análise.

Em 2012, os empréstimos a clientes renegociados perfizeram o montante de MT 194.553 (2011: 110.551).

	2012	2011
	MT	MT
Outros créditos	194 553	110 551
Total	194 553	110 551

3.1.6 CONCENTRAÇÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO

	2012	2011
	MT	MT
Análise geográfica		
Maputo	788 936	593 456
Nampula	286 386	317 559
Tete	24 854	21 674
Sofala	69 174	83 076
Manica	92 168	90 526
Inhambane	42 120	46 169
	1 303 638	1 152 460

A)

	2012	2011
	MT	MT
Análise por Sector		
Agricultura	371 616	239 077
Transformação industrial	92 823	33 068
Construção civil e obras públicas	99 645	112 478
Comércio	642 739	566 684
Transportes e comunicações	56 551	62 348
Outros sectores	40 264	138 805
	1 303 638	1 152 460

3.2. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste no risco decorrente das alterações de preços de mercado, tais como taxas de juro, preços de instrumentos de capital, taxas de câmbio e margens da taxa de juro (não relacionadas com alterações da situação de crédito do devedor / emitente), que poderão afectar a demonstração do rendimento integral de resultados Banco ou o valor dos instrumentos financeiros detidos por este. O objectivo da gestão do risco de mercado consiste na gestão e controlo das exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, ao mesmo tempo que se otimiza o retorno pelo risco.

O Banco está exposto ao risco de mercado, que consistem no risco de flutuação do justo valor ou dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a alterações dos preços de mercado. Os riscos de mercado derivam de posições abertas em taxas de juros, moeda e instrumentos de capital, que estão todos expostos a movimentos gerais

3.1.7 IMPARIDADE DO CRÉDITO A CLIENTES

A imparidade do crédito insere-se nas seguintes categorias de crédito:

	2012	2011
	MT	MT
Provisão para Imparidade específica		
Crédito vencido		
Saldo no início do ano	105 / 235	57 344
Contas com imparidade abatidas (Write-offs)	128 / 656	90 458
Dotação / Reversão de imparidade	(82 090)	(42 567)
Saldo no final do ano	151 / 801	105 235
Crédito vincendo		
Imparidade colectiva		
Saldo no início do ano	11 / 394	10 586
Contas com imparidade abatidas (Write-offs)	12 / 871	3 212
Dotação / Reversão de imparidade	(13 975)	(2 404)
Saldo no final do exercício	10 / 290	11 394
Imparidade total	162 / 091	116 629

3.1.8 ANÁLISE SECTORIAL DA IMPARIDADE DO CRÉDITO

Abaixo encontra-se a análise por segmento da imparidade específica:

A) ANÁLISE POR SECTOR

	2012	2011
	MT	MT
Agricultura	58	41 130
	849	
Indústria transformadora	2 140	5 689
Construção civil e obras públicas	195	19 350
Comércio	69	28 340
Transportes e comunicações	21	105 235
	148	10 726
	151 801	105 235

B) ANÁLISE GEOGRÁFICA

	2012	2011
	MT	MT
Maputo	70	40 333
	654	
Nampula	64	39 608
	221	
Centro (Sofala, Manica, Tete, Inhambane)	16	25 294
	926	
	151 801	105 235

e específicos do mercado e a alterações no nível de volatilidade das taxas ou preços de mercado, tais como taxas de juros, margens da taxa de juro, taxas de câmbio e preços de instrumentos de capital.

A Comissão de Gestão de Activos e Passivos tem plenos poderes na área do risco de mercado, sendo responsável pela análise e aprovação de políticas detalhadas de gestão de risco e pela análise posterior da respectiva implementação.

3.2.1 TÉCNICAS DE MENSURAÇÃO DO RISCO DE MERCADO

As principais técnicas de mensuração utilizadas para aferir e controlar o risco de mercado encontram-se descritas abaixo.

3.3. RISCO CAMBIAL

3.3.1. RISCO CAMBIAL

O Banco está exposto aos efeitos das flutuações das principais taxas de câmbio na sua posição financeira e nos seus fluxos de

caixa. O Banco Central de Moçambique estabelece limites ao mercado, relativamente ao grau de exposição por moeda e, em agregado, para posições muito curta e curta, de 10% dos fundos próprios por moeda e 20% para todas as moedas monitoradas diariamente. A tabela na nota 3.4 resume a exposição do Banco ao risco da taxa de câmbio em 31 de Dezembro de 2012. Os instrumentos financeiros do Banco estão incluídos na tabela, ao valor contabilístico, classificados por moeda (ver nota 3.4).

A conversão, transacção e exposição económica podem ter graves consequências na posição financeira do Banco. Este risco é gerido mediante a utilização do mercado monetário através do departamento de Tesouraria. O Banco respeita igualmente as IFRS, o que podem ter um papel crucial na gestão deste risco.



A exposição do Banco a riscos de taxas de câmbio é como segue:

	USD	EUR	ZAR	Total
A Dezembro de 2011	MT	MT	MT	MT
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	9 582	7 603	5 249	22 434
Disponibilidades em outras instituições de crédito	69 986	559	3 607	74 753
Crédito a clientes	151 980	-	-	151 980
Outros activos	3 149	-	-	3 149
	234 698	8 163	8 856	251 716
Passivo				
Recursos de clientes	67 874	1 330	206	69 411
Outros Empréstimos	150 294	-	-	150 294
Outros passivos	15 652	2 239	-	17 892
	233 821	3 570	206	237 597
Exposição cambial líquida a 31 de Dezembro de 2012	877	4 593	8 649	14 119

A exposição do Banco a riscos de taxas de câmbio é como segue:

	USD	EUR	ZAR	Total
A Dezembro de 2011	MT	MT	MT	MT
Activo				
Caixa e equivalentes de caixa	121 317	3 396	7 084	131 797
Crédito a clientes	87 998	-	-	87 998
	209 315	3 396	7 084	219 795
Passivos				
Recursos de clientes	19 249	83	46 494	65 826
Outros passivos	109 240	45 479	-	154 719
	128 489	45 562	46 494	220 545
	233 821	3 570	206	237 597
Exposição cambial líquida a 31 de Dezembro de 2011	80 828	(51 566)	(39 410)	(750)

3.4 RISCO DE TAXA DE JURO

3.4.1

O risco da taxa de juro consiste no risco de flutuação dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido às alterações das taxas de juro no mercado. O justo valor do risco da taxa de juro consiste no risco de flutuação do valor de um instrumento financeiro devido às alterações das taxas de juro no mercado. O Banco está exposto aos efeitos de flutuações nos principais níveis de taxas de juro do mercado, tanto no seu justo valor como no risco dos fluxos de caixa. As margens de juro são susceptíveis de aumento devido às referidas alterações mas também poderá resultar em perdas em caso de verificação de movimentos inesperados.

O risco principal a que está exposta a carteira que não é para negociação é o risco de perdas devido a flutuações nos fluxos de caixa futuros em virtude da alteração da taxa de juro do mercado. Os assuntos relacionados com as taxas de juros são geridos pelo ALCO (Comité de Activos e Passivos), que é diariamente apoiado pela Tesouraria. O resumo da posição diferencial de taxas de juro no banco sobre a carteira que não é para negociação é a seguinte:

A Dezembro de 2012	Até						Total
1 mês	1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	3+ anos	Sem juros	Total
Activos							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	-	170 611	170 611
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	81 741	81 741
Aplicações em instituições de crédito	193 049	-	16 957	713	70 374	-	281 093
Crédito a clientes	348 216	121 792	84 176	189 151	398 213	-	1 141 547
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	19 948	-	-	1 532	21 480
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	-	9 891	9 891
Outros activos	-	-	-	-	-	174 093	174 093
	548 773	107 790	156 432	230 213	399 874	437 868	1 880 950
Passivos							
Recursos de outras instituições de crédito	140 612	60 138	30 326	-	-	-	231 076
Recursos de clientes	727 600	31 356	160 145	-	-	-	919 101
Outros Empréstimos	-	118 484	150 294	-	-	-	268 779
Outros passivos	-	-	-	-	-	39 646	39 646
	868 212	209 978	340 765	-	-	39 646	1 458 602
	(319 439)	(102 188)	(184 333)	230 213	399 874	398 222	422 349

3.4.2 RISCO DE TAXA DE JURO

A Dezembro de 2012	Até						Total
1 mês	1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	3+ anos	Total	
Activo							
Bilhetes do tesouro	14 882	39 248	101 122	-	-	155 252	
Aplicações em instituições de crédito	29 856	-	-	31 410	-	61 266	
Crédito a clientes	241 677	93 900	206 157	273 567	347 053	1 162 354	
	286 415	133 148	307 279	304 977	347 053	1 378 872	
Passivo							
Empréstimos de curto prazo	277 937	109 240	-	-	-	387 177	
Recursos de clientes	470 059	108 955	110 098	25 000	-	714 112	
Outros empréstimos	-	-	8 100	100 377	-	108 477	
	747 996	218 195	118 198	125 377	-	1 209 766	
	(461 581)	(85 047)	189 081	179 600	347 053	169 106	

3.5 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez consiste no risco de o Banco ter dificuldade em cumprir com as obrigações associadas às suas responsabilidades financeiras que sejam liquidadas mediante a entrega de numerário ou outros activos financeiros.

A abordagem do Banco relativamente à gestão de liquidez consiste em garantir, na medida do possível, que terá sempre liquidez suficiente para cumprir as suas obrigações quando estas se vençam, tanto em situações normais como de crise, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou comprometer a reputação do Banco.

3.5.1 PROCESSO DE GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O processo de gestão da liquidez do Banco,

levado a cabo internamente e monitorizado pela Tesouraria do Banco, inclui:

- Financiamento diário, gerido mediante a monitorização dos fluxos de caixa futuros para garantir o cumprimento de obrigações. Isto, inclui a reposição dos fundos à medida que se vencem ou são concedidos créditos a clientes. Para o efeito, o Banco mantém uma presença activa nos mercados monetários interbancários;
- Manutenção de uma carteira de activos com elevado grau de liquidez, que possam ser facilmente liquidados como protecção contra interrupções imprevistas do fluxo de caixa; e
- Gestão da concentração e perfil do vencimento da dívida.

A monitorização e o reporte assumem a forma de mensuração do fluxo de caixa e projecções para o dia seguinte.

3.5.2 ABORDAGEM DE FINANCIAMENTO

As fontes de liquidez são periodicamente revistas por uma equipa autónoma da Tesouraria do Banco, para manter uma ampla diversificação por moeda, geografia, provedor, produto e prazo de vigência.

EXPOSIÇÃO AO RISCOS DE LIQUIDEZ

A seguinte tabela indica os passivos financeiros de acordo com as maturidades contratuais remanescentes:

Em Dezembro de 2012	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	5+ anos	Total
Passivo						
Recursos de outras instituições de crédito	140 612	60 138	30 326	-	-	231 076
Recursos de clientes	538 601	94 330	286 170	-	-	919 101
Outros empréstimos	-	-	118 484	150 294	-	268 779
Outros passivos	-	39 646	-	-	-	39 646
	679 213	194 114	434 980	150 294	-	1 458 602
Activos detidos para gestão de risco de liquidez	658 398	107 790	310 577	300 587	340 428	1 717 780

3.5.3 ANÁLISE DE VENCIMENTOS E RISCO DE LIQUIDEZ

Maturidade dos activos e passivos financeiros (MT)

Em Dezembro de 2012	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	5+ anos	Total	A Dezembro de 2011	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	3+ anos	Total
Activos							Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	170 611	-	-	-	-	170 611	Caixa e disponibilidades	266 749	-	-	-	-	266 749
Disponibilidades em outras instituições de crédito	81 741	-	-	-	-	81 741	Bilhetes do tesouro	14 882	39 248	101 122	-	-	155 252
Aplicações em instituições de crédito	193 049	-	16 957	71 087	-	281 093	Aplicações em instituições de crédito	29 856	-	-	31 410	-	61 266
Crédito a clientes	348 216	121 792	84 176	189 151	398 213	1 141 548	Crédito a clientes	241 677	93 900	206 157	273 567	347 053	1 162 354
Activos financeiros disponíveis para venda	19 948	-	-	-	1 532	21 480	Outros devedores	64 286	-	-	-	-	64 286
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	9 891	9 891		617 450	133 148	307 279	304 977	347 053	1 709 907
Outros activos	-	-	174 093	-	-	174 093							
658 398	107 790	310 577	300 587	340 428	1 717 780		Passivos						
Passivos							Empréstimos a curto prazo	277 937	109 240	-	-	-	387 177
Recursos de outras Instituições de crédito	140 612	60 138	30 326	-	-	231 076	Recursos de clientes	470 059	108 955	110 098	25 000	-	714 112
Recursos de clientes	538 601	94 330	286 170	-	-	919 101	Suprimentos	38 634	-	-	-	-	38 634
Outros empréstimos	-	-	118 484	150 294	-	262 779	Empréstimos ao Governo	-	-	8100	100 377	-	108 477
Outros passivos	-	39 646	-	-	-	39 646	Outros passivos	98 929	-	-	-	-	98 929
679 213	194 114	434 980	150 294	- 1 458 602			885 559	242 855	118 198	125 377	-	- 1 1371 989	
Posição líquida	(20 815)	(86 324)	(124 403)	150 293	340 428	259 178	Posição líquida	(268 109)	(109 707)	189 081	179 600	347 053	337 918

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional consiste na possibilidade do Banco sofrer perdas financeiras relativamente a matérias com trabalhadores, especificações contratuais e documentação, tecnologia, infraestrutura, falha e desastre, projectos, influências externas e relações com clientes. O risco operacional inclui riscos legais mas exclui os riscos do negócio, estratégico e de reputação. O risco operacional pode decorrer de processos, pessoas, sistemas e situações externas.

O risco operacional pode ser dividido em eventos de elevada frequência/pouca gravidade, que se podem verificar frequentemente mas que, em cada caso, expõem o Banco a baixos níveis de perdas, e eventos de baixa frequência/grande gravidade que são, por norma, raros, mas que, a verificarem-se, acarretariam enormes perdas ao Banco.

O Banco envida os melhores esforços para reduzir estes riscos através de uma sólida estrutura de governação corporativa e sistemas de controlo interno, complementados por um sistema de valores robusto. A direcção tem a responsabilidade de implementar e manter processos e procedimentos operacionais eficazes e estes encontram-se documentados em vários manuais que são periodicamente revistos para ter em conta qualquer necessidade de alteração. O departamento de Auditoria Interna afere a eficácia dos controlos e procedimentos internos, recomendando melhorias à gestão sempre que aplicável.

3.7 RISCO DE SOLVABILIDADE

O capital e reservas sem imparidade demonstram o compromisso dos accionistas de garantir a continuidade das operações e a solvência do Banco. O risco de solvência afere-se em função do rácio de solvabilidade que requer que o capital seja mantido como relação dos activos classificados ponderados pelo risco.

O Banco tem a obrigação de deter capital suficiente para manter um rácio de solvabilidade que esteja acima dos requisitos mínimos do Banco de Moçambique que são de

8%. O rácio de solvabilidade do Banco em 31 de Dezembro de 2012 era de 21% (2011: 30,15%).

3.8 GESTÃO DE CAPITAL

O conceito implica a manutenção de uma posição ideal de liquidez e rácios prudenciais em cumprimento das normas e regulamentos locais. Os objectivos do Banco relativamente à gestão de capital, que é um conceito mais alargado do que "situação líquida" ao nível do balanço, são os seguintes:

- Cumprir os requisitos de capital definidos pelo Banco de Moçambique, enquanto entidade reguladora das instituições financeiras no local onde o Banco opera;
- Salvaguardar a capacidade do Banco de prosseguir em actividade para que possa continuar a dar retorno aos accionistas e benefícios a outras partes interessadas; e
- Manter uma sólida base de capital para sustentar o desenvolvimento da sua actividade.

A solvência e a utilização do capital obrigatório são periodicamente monitorizadas pela gestão do Banco que recorre a técnicas assentes nas directrizes emitidas pelo Banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação obrigatória é objecto de apresentação mensal ao banco central. O banco central exige a cada banco ou grupo bancário que:

- detenha o nível mínimo de capital obrigatório de MT 70.000; e
- mantenha um rácio de capital obrigatório total para o activo com ponderação de risco (o "rácio de solvabilidade") igual ou superior ao mínimo de 8%.

Os activos com ponderados pelo risco são aferidos mediante uma hierarquia de cinco ponderações de risco, classificadas em função da natureza de – e reflectindo uma estimativa de crédito, mercado e outros riscos associados – cada activo e contraparte, tendo em conta quaisquer garantias elegíveis. Adopta-se tratamento semelhante para exposição extrapatrimonial, com alguns ajustamentos para reflectir a natureza mais imprevisível de potenciais perdas.

3.9. INFORMAÇÃO RELATIVA AO JUSTO VALOR

3.9.1. CRÉDITO A CLIENTES

As características da carteira de crédito encontram-se descritas na nota 11 e a gestão crê que o valor contabilístico dos créditos se aproxima do respectivo justo valor, tendo em conta que foram reconhecidas perdas de imparidade prudentes e adequadas numa base individual e da carteira, aquando da determinação do valor contabilístico dos créditos e aplicações.

3.9.2 RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E DE CLIENTES

Relativamente aos depósitos à ordem e depósitos sem data de vencimento definida, considera-se que o justo valor é o montante devido por interposição à data do balanço.

3.9.4 BILHETES DO TESOURO

Os bilhetes do tesouro são inicialmente mensurados ao custo e posteriormente ao justo valor.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS CRÍTICOS

O Conselho de Administração aprova a aplicação das principais políticas contabilísticas e estimativas desenvolvidas pela gestão. As referidas políticas contabilísticas e estimativas encontram-se divulgadas nestas demonstrações financeiras.

As seguintes divulgações complementam o comentário feito na nota anterior (nota 3) sobre a gestão do risco financeiro.

FONTES PRINCIPAIS DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS

Abates para perdas de créditos

Os activos contabilizados ao custo amortizado são avaliados em termos de imparidade, segundo o que se encontra descrito na política contabilística definida na nota 2.1.4 (e). A componente da contraparte específica da dotação por imparidade aplica-se a reclamações individualmente avaliadas em termos de imparidade e baseia-se na melhor estimativa da gestão do valor actual dos fluxos de caixa que o banco espera receber cujo recebimento se antecipa. Ao estimar os referidos fluxos de caixa, a gestão efectua um juízo sobre a situação financeira da contraparte e do valor realizável líquido de qualquer garantia real subjacente. Cada activo em imparidade é aferido em função dos respectivos méritos e a estratégia de procedimento e estimativa de fluxos de caixa considerados recuperáveis são autonomamente aprovadas pelo departamento de risco de crédito.

As provisões por imparidade avaliados colectivamente cobrem as perdas de crédito inerentes às carteiras com características económicas semelhantes, sempre que existam evidências objectivas que sugiram a existência de reclamações por imparidade, não sendo os itens individuais em imparidade ainda passíveis de identificação. Ao afer-

ir a necessidade de abates colectivos para perdas de crédito, a gestão tem em consideração factores como a qualidade de crédito, dimensão da carteira, concentrações e factores económicos. De modo a estimar a provisão necessária, o Banco baseia-se em pressupostos para definir a maneira de efectuar o modelo das perdas inerentes e para determinar os parâmetros necessários, com base na experiência passada e condições económicas actuais. A correcção das provisões depende do comportamento dos referidos futuros fluxos de caixa estimados por abates de contraparte específicos e dos pressupostos e parâmetros do modelo utilizados na determinação da provisão colectiva.

Perdas por imparidade em créditos

O Banco analisa as suas carteiras de crédito para aferir a imparidade pelo menos trimestralmente. Ao determinar se uma perda por imparidade deverá ser lançada na demonstração do rendimento integral, o Banco faz juízos sobre se existem quaisquer dados observáveis que indicem imparidade seguida por redução mensurável dos futuros fluxos de caixa estimados de uma carteira de créditos antes que a redução possa ser identificada. Estes indícios poderão incluir dados observáveis que indiquem a verificação de uma alteração de circunstâncias na situação de pagamento de mutuários de um grupo, ou condições económicas nacionais ou locais correlacionadas com incumprimentos de activos no Banco. A gestão recorre a estimativas baseadas em perdas históricas relativamente a activos com características de risco de crédito semelhantes e evidências objectivas de imparidade semelhantes aos em carteira ao escalonar os seus fluxos de caixa futuros. A metodologia e pressupostos utilizados para estimar o montante e prazos dos fluxos de caixa futuros são periodicamente revistos para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais. As alterações de pressupostos relativamente a estes factores poderiam afectar o valor lançado dos créditos e aplicações.

DETERMINAÇÃO DO JUSTO VALOR

A determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros sem qualquer preço de mercado observável requer a utilização de técnicas de avaliação conforme descritas na política contabilística na nota 2.2 (e). Relativamente a instrumentos financeiros que não sejam frequentemente transaccionados e que tenham pouca transparência de preço, o justo valor é menos objectivo e requer grau de juízo variáveis, dependendo da liquidez, concentração, incerteza dos factores de mercado, pressupostos de preços e outros riscos que afectem os instrumentos específicos.

ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS SIGNIFICATIVAS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS

CONTABILÍSTICAS DO BANCO

As estimativas contabilísticas significativas na aplicação das políticas contabilísticas do Banco incluem:

Avaliação de instrumentos financeiros

O banco afere o justo valor mediante a utilização da seguinte hierarquia de justo valor que reflecte a importância dos pressupostos utilizados para a mensuração:

- **Nível 1:** Preço de mercado cotado (sem alterações) num mercado líquido para um instrumento idêntico;

- **Nível 2:** Técnicas de avaliação baseadas em pressupostos observáveis, directa (i.e., preços) ou indirectamente (i.e., derivadas de preços). Esta categoria inclui instrumentos avaliados com recurso a preços de mercado cotados em mercados líquidos para instrumentos semelhantes; preços cotados para instrumentos idênticos ou semelhantes em mercados considerados pouco líquidos; ou outras técnicas de avaliação em que todos os pressupostos relevantes sejam directa ou indirectamente observáveis em função dos dados do mercado; e

- **Nível 3:** Técnicas de avaliação com utilização de pressupostos relevantes não observáveis. Esta categoria inclui todos os instrumentos cujas técnicas de avaliação incluem pressupostos que não se baseiem em dados observáveis e os pressupostos não observáveis tenham um efeito considerável na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui instrumentos que são avaliados em função de preços cotados para instrumentos semelhantes, sempre que sejam necessários consideráveis ajustamentos não observáveis ou pressupostos para reflectir diferenças entre os instrumentos.

Os únicos instrumentos financeiros que se encontram apresentados ao justo valor são os instrumentos disponíveis para venda (Bilhetes do Tesouro). A hierarquia de valor de mercado é o nível 2.

As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido e modelos de fluxos de caixa descontados. O objectivo das técnicas de avaliação consiste em chegar a uma determinação do justo valor que reflecta o preço do instrumento financeiro à data de reporte, tal como determinado pelos intervenientes no mercado em condições comerciais normais.

CLASSIFICAÇÃO DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As políticas contabilísticas do banco permitem a designação dos activos e passivos, na origem, em diferentes categorias contabilísticas em certas circunstâncias. Os detalhes da classificação dos activos e passivos financeiros pelo Banco encontram-se descritos abaixo.

	2011	2011
	MT	MT
Capital autorizado		
Capital realizado	1 038 293	1 065 000
Resultados acumulados	(654 946)	(736 039)
Activos intangíveis	(30 522)	(26 324)
Total de Capital de Nível I	352 825	302 637
Insuficiência de provisão	(79 655)	(14 314)
Outros	(31 094)	-
Subtotal de capital de Nível II	(110 749)	(14 314)
Total	242 076	288 323
Capital obrigatório	70 000	70 000
Activos ponderados por risco	1 142 950	915 207
Activos extrapatrimoniais ponderados por risco	3 490	2 359
	1 146 440	917 566
Rácio de solvabilidade com base no Nível I	30,78%	32,98%
Rácio de solvabilidade com base no Nível II	(9,66%)	(1,56%)
Rácio de solvabilidade	21,11%	31,42%



	Nota	Créditos e valores a receber	Disponíveis para venda	Outros custos amortizados	Valor contabilístico total	Justo Valor
		MT	MT	MT	MT	MT
A Dezembro de 2012						
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades	10	-	-	255 869	255 869	255 869
Activos financeiros disponíveis para venda	12	-	21 480	-	21 480	21 480
Aplicações em instituições de crédito	11.1	88 044	-	-	88 044	88 044
Crédito a clientes	11.2	1 141 547	-	-	1 141 547	1 141 547
		1 229 591	21 480	255 869	1 506 940	1 506 940
Passivos financeiros						
Recursos de clientes	15	-	-	1 150 177	1 150 177	1 150 177
Outros empréstimos	17	-	-	267 982	267 982	267 982
		-	-	1 418 159	1 418 159	1 418 159
Em Dezembro de 2011						
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades no banco central	10	-	-	266 749	266 749	266 749
Bilhetes do Tesouro	12	-	155 252	-	155 252	155 252
Aplicações em instituições de crédito	11.1	61 266	-	-	61 266	61 266
Crédito a clientes	11.2	1 045 725	-	-	1 045 725	1 045 725
		1 106 991	155 252	266 749	1 528 992	1 528 992
Passivos financeiros						
Recursos de clientes	15	-	-	714 112	714 112	714 112
Empréstimos ao Governo	17	-	-	108 477	108 477	108 477
Suprimentos	18	-	-	38 634	38 634	38 634
Empréstimos a curto prazo		-	-	387 177	387 177	387 177
		-	-	1 248 400	1 248 400	1 248 400

Nota	Página
5. Margem Financeira	56
6. Comissões Líquidas	56
7. Produto bancário	57
8. Perdas operacionais	57
9. Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	58
10. Disponibilidades em Instituições de Crédito	58
11. Crédito e Aplicações	59
12. Activos Financeiros Disponíveis para Venda	61
13.1 Activos tangíveis	62
13.2 Activos intangíveis	64
14. Activos por imposto correntes	64
15. Outros activos	65
16. Recursos de outras Instituições de Crédito e de e Clientes	65
17. Outros empréstimos	65
18. Provisões	67
19. Outros Passivos	68
20. Capital Social	69
21. Resultados transitados	71
22. Fluxo utilizado durante operações	71
23. Variação dos activos e passivos operacionais	72
24. Partes relacionadas	72
25. Taxas de conversão cambial	74
26. Eventos verificados após o balanço	74

5. MARGEM FINANCEIRA

	2012	2011
	MT	MT
Juros e rendimentos similares		
Disponibilidades em instituições de crédito	-	15
Aplicações em instituições de crédito	5 571	1 675
Crédito a clientes	216 228	231 007
Outros juros e rendimentos similares	11 606	21 619
	233 405	254 317
Juros e encargos similares		
Recursos de bancos centrais	(833)	(7 563)
Recursos de instituições de crédito	(14 086)	(16 211)
Recursos de clientes	(105 707)	(86 712)
Outros juros e encargos similares	(10 232)	(3 285)
	(130 857)	(113 771)
Margem financeira	102 548	140 546

6. COMISSÕES LÍQUIDAS

	2012	2011
	MT	MT
Comissões recebidas		
Por serviços bancários	22 354	23 203
Outros	1 505	332
	23 859	23 535
Comissões pagas		
Por garantias recebidas	(73)	-
Por compromissos irrevogáveis	(1 658)	-
Por serviços bancários	(3 604)	(6 378)
Outros	-	(23)
	(5 335)	(6 402)
Comissões Líquidas	18 524	17 134

7. PRODUTO BANCÁRIO

	2012	2011
	MT	MT
7.1 Resultado de operações financeiras	8 370	(3 658)
7.2 Outros resultados operacionais		
Resultados de reavaliação cambial	16 197	(21 354)

8. PERDAS OPERACIONAIS

	2012	2011
	MT	MT
8.1 Custos de estrutura		
Custos com pessoal	(118 818)	(99 324)
Custos administrativos	(80 291)	(87 176)
Serviços especializados	(48 207)	(49 540)
Amortizações do exercício	(38 309)	(54 898)
Rendas	(28 886)	(27 801)
Assistência técnica da RIAS	(9 415)	(12 184)
Honorários de Auditoria	(2 939)	(1 606)
	(326 865)	(332 529)
8.1 Provisões		
Provisões (nota 18)	(41 150)	(28 236)
	(41 150)	(28 236)

Em 31 de Dezembro de 2012, o banco tinha 158 trabalhadores (2011: 159). Os encargos com pessoal incluem um montante de MT 3 756 (2011: 3 097) que corresponde às contribuições para o INSS - Instituto Nacional de Segurança Social.

Os encargos com assistência técnica estão relacionados com serviços prestados por um perito do Rabobank, nas áreas de vendas e crédito, incluindo o segmento administrativos.

9. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

	2012	2011
	MT	MT
Saldos de caixa	69 198	59 960
Depósito no Banco de Moçambique	101 413	89 830
	170 611	149 790

O saldo no Banco de Moçambique, no montante de MT 101 413 (2011: MT 89 830), permite ao Banco cumprir a reserva obrigatória na média mínima de 8,00% (2010: 8%) de um total de depósitos autorizados nos termos da lei n.º 6/9 BM/09, de 3 de Agosto. As reservas legais não rendem juros.

10. DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	2012	2011
	MT	MT
Depósitos à ordem junto de instituições de crédito nacionais	7 933	22 451
Depósitos à ordem junto de instituições de crédito estrangeiras	73 808	94 509
	81 741	116 959

11. CRÉDITO E APLICAÇÕES

	2012	2011
	MT	MT
11.1 Aplicações em Instituições de Crédito		
Aplicações de curto prazo	281 093	61 266
Depósitos overnight	-	-
Total de aplicações em Instituições de Crédito	281 093	61 266
As datas de vencimento das aplicações são as seguintes:		
Até 1 mês	173 052	29 856
De 1 a 3 meses	36 954	-
De 3 a 12 meses	713	-
Mais de 12 meses	70 374	31 410
	281 093	61 266

11.2 Crédito a clientes

Empréstimos		
Moeda Nacional	564 669	494 826
Moeda estrangeira	90 884	37 949
Crédito vencido	195 478	129 624
	851 031	662 399
Descobertos bancários		
Moeda Nacional	343 797	399 111
Moeda estrangeira	24 549	39 503
Crédito vencido	84 262	50 553
	452 608	489 167
Total	1 303 639	1 152 460

	2012	2011
	MT	MT
Menos: abatimentos por imparidades		
- Imparidade específica	(151 802)	(105 235)
- Imparidade em carteira	(10 290)	(11 394)
Total	(162 092)	(116 629)
Crédito líquido a clientes	1 141 547	1 035 831

11.3 Imparidade de crédito

Saldo no início do período	116 629	67 930
Abates	(78 603)	(44 971)
Dotação / (Reversão) no exercício		
- Imparidade individual	125 170	90 458
- Imparidade colectiva	(1 104)	3 212
Sub-total	124 066	93 670
Saldo no final do período	162 092	116 629

A imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações é de MT 45 463 (2011: MT 48 699).

12. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	2012	2011
	MT	MT
A maturidade dos Bilhetes do Tesouros no final do período é a seguinte:		
Até 1 mês	-	14 882
De 1 a 3 meses	-	39 248
Mais de 3 meses	19 948	101 120
Instrumentos de capital (Simo)	1 532	1 532
	21 480	156 785

A taxa média de juro dos bilhetes do tesouro foi de 3,22% no final do período (2011: 12,15%) e os juros encontram-se reconhecidos na rubrica juros e rendimentos similares.

13.1 ACTIVOS TANGÍVEIS

	Mobiliário e equipamento de escritório	Equipamento Informático	Veículos ¹	Edifícios e benfeitorias	Total
	MT	MT	MT	MT	MT
Custo					
Saldo em 1 de Janeiro de 2012	38 618	37 563	20 957	61 221	158 359
Adições	1 172	11 006	8 974	5 252	26 404
Alienações	(84)	(211)	(1 527)	-	(1 822)
Em 31 de Dezembro de 2012	39 706	48 358	28 404	66 473	182 941
Amortização Acumulada					
Saldo em 1 de Janeiro de 2012	15 445	29 528	10 859	43 045	98 877
Custo do exercício	4 757	7 460	5 922	5 614	23 753
Alienações	(7)	(7)	(1 285)	(83)	(1 382)
Em 31 de Dezembro de 2012	20 195	36 981	15 496	48 576	121 248
Valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2012	19 511	11 377	12 908	17 897	61 693
Valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2011	27 447	7 604	6 255	18 176	59 482
Custo					
Saldos em 1 de Janeiro de 2011	31 920	35 131	14 778	53 893	135 722
Adições	6 698	2 432	6 470	7 328	22 928
Alienações	-	-	(291)	-	(291)
Em 31 de Dezembro de 2011	38 618	37 563	20 957	61 221	158 359
Amortização acumulada					
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	9 612	19 844	6 380	29 222	65 058
Custo do exercício	5 833	9 684	4 709	13 823	34 049
Alienações	-	-	(230)	-	(230)
Em 31 de Dezembro de 2011	15 445	29 528	10 859	43 045	98 877
Valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2011	23 173	8 035	10 098	18 176	59 482



13.2. ACTIVOS INTANGÍVEIS

	2012	2011
	MT	MT
Custo		
Saldo em 1 de Janeiro	96 658	86 522
Dotação	19 474	9 512
Em 31 de Dezembro	116 132	96 034
Amortização acumulada		
Saldo em 1 de Janeiro	70 334	50 110
Custo do exercício	15 276	20 224
Em 31 de Dezembro	85 610	70 334
Valor líquido contabilístico	30 522	25 700

Os activos intangíveis são compostos por licenças de software para a aplicação T24 e desenvolvimentos adicionais e melhorias da aplicação de contabilidade (Primavera) aplicação Accyss para o processamento de salários. O software e os activos intangíveis desvalorizam no decurso de um período de três anos, segundo o método das quotas constantes.

14. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

	2012	2011
	MT	MT
Imposto corrente	9 891	6 030
Em 31 de Dezembro	9 891	6 030

Os montantes de imposto dizem respeito a retenções em juros de bilhetes do tesouro, no montante de MT 9 891 (2011: MT 6 030). Este valor é recuperável quando o Banco começar a gerar lucros.

15. OUTROS ACTIVOS

	2012	2011
	MT	MT
GAPI e outros recebimentos	7 586	54 222
Accionistas - GAPI (notas 20.2 e 26)	89 450	-
Adiantamento de valores e outros activos	17 057	9 642
Contas de compensação e suspensas	60 000	27 116
Em 31 de Dezembro	174 093	90 980

Em 2011, encontra-se incluído no montante de MT 54 222 um montante de MT 41 067 relativo a compensação e juros que o Banco perdeu aquando da conversão pela GAPI da linha de crédito do governo em capital pela GAPI proveniente do exercício de 2010. A diferença diz respeito a montantes pagos directamente à GAPI, por clientes, que incidiram sobre o volume de créditos que foi pago pela GAPI como parte do capital social em 2007.

Durante 2012, o montante de MT 54 222 reduziu para MT 7 586, com base no acordo entre o Banco Terra e a GAPI para proceder à compensação de créditos entre os diferentes saldos.

16.1 RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DO CRÉDITO

	2012	2011
	MT	MT
Depósitos de curto prazo de instituições de crédito	231 076	388 019
Balanço em 31 de Dezembro de 2012	231 076	388 019
Análise de maturidade:		
Até 1 mês	-	278 779
De 1 a 3 meses	231 076	109 240
Balanço em 31 de Dezembro de 2012	231 076	388 019

16.2 RECURSOS DE CLIENTES

	2012	2011
	MT	MT
À ordem	553 303	475 781
Menos de 3 meses	117 320	108 955
De 3 meses a 1 ano	248 478	110 099
Mais de 1 ano	-	25 000
Em 31 de Dezembro	919 101	719 835
Moeda nacional		
Moeda nacional	849 792	652 008
Moeda estrangeira	69 309	65 827
Em 31 de Dezembro	919 101	719 835
Depósitos à ordem		
Depósitos à ordem	239 242	252 233
Poupanças	223 323	189 378
Depósitos a prazo	456 535	278 224
Em 31 de Dezembro	919 101	719 835

17.1 OUTROS EMPRÉSTIMOS

		2012	2011
		MT	MT
17.1 Empréstimos do Governo			
Linha de crédito do Fundo de Apoio à Reabilitação da Economia (FARE)	173	4 084	12 238
Linha de crédito do Governo de Moçambique	172	113 335	102 801
Crédito do FMO	174	151 360	-
Em 31 de Dezembro		268 779	115 039

17.2 Em Julho de 2010 e Setembro de 2011, o banco recebeu uma linha de crédito especial equivalente a EUR 6,4 milhões convertidos em Meticals, à data de recepção de cada tranche e nos termos do contrato celebrado entre a KfW, o Governo de Moçambique e o Banco Terra (contratante). Os montantes são devidos ao beneficiário em meticals em 2013. O crédito destina-se ao financiamento da expansão de instituições de micro-crédito (IMF) e pequenas e médias (PME) empresas durante um prazo de 4 anos, a contar de desde 2009. Em Novembro de 2011, o Banco recebeu um montante adicional de Euros 1,68 milhões. Em 2010, foi utilizada uma parte da linha de crédito, no montante de EUR 3,6 milhões, para realizar o capital social da GAPI, não tendo a KfW levantado qualquer objecção.

A linha de crédito das PME vence juros à taxa correspondente a 75% da taxa de juros dos bilhetes do tesouro do último semestre. A linha de crédito das IMF vence juros à taxa equivalente a 60% da taxa de juros de depósitos a prazo mais 40% das poupanças do Banco Terra, calculados retroactivamente para o último trimestre. Os referidos créditos têm um prazo de carência de taxa de juro de um ano, por cada linha de crédito. Os juros vencem-se semestralmente, a título de percentagem dos créditos desembolsados às PME e às IMF.

17.3 Em Agosto de 2010, o banco celebrou outro contrato de 2 anos com o Fundo de Apoio à Reabilitação da Economia (FARE), relativo a uma linha de crédito que ascende a 12,15 milhões de meticals para financiar a expansão de instituições de micro-crédito e pequenas e médias empresas em Moçambique. A taxa de juro da linha de crédito é de 10% ao ano, sendo o capital pago em três prestações de MT 4,05 milhões em 1 de Fevereiro de 2012, 1 de Novembro de 2012 e 1 de Agosto de 2013.

17.4 Trata-se de um crédito a 5 anos do FMO, cujos juros se vencem trimestralmente, com taxas de juro entre os 4% e os 5%. As taxas são comunicadas pelo FMO periodicamente.

18 PROVISÕES

	2012	2011
	MT	MT
Em 1 de Janeiro	28 236	-
Imputado à demonstração do rendimento integral (nota 8.2)	41 150	28 236
Utilizado durante o exercício	(27 316)	-
em 31 de Dezembro	42 070	28 236

A provisão de MT 41 refere-se a diferenças, não se conseguiram reconciliar, eis entre a aplicação informática de gestao e a aplicação informática contabilística. A utilização da provisão refere-se a uma fraude ocorrida em 2011.

19 OUTROS PASSIVOS

	2012	2011
	MT	MT
19.1 Outros passivos		
Dívidas à RIAS	2 239	45 479
Donativos não utilizados do Governo norueguês	2 714	10 022
Outros passivos	27 937	74 936
Imposto retido	6 756	2 813
Em 31 de Dezembro	39 646	133 250

O montante pago aos Serviços de Consultoria Internacional do Rabobank ("Rabobank International Advisory Services") (RIAS) refere-se a despesas de gestão e assistência técnica e no Valor de Eur 57 083 (2011: Eur 1 289 459).

O Governo norueguês contribui para o programa de assistência técnica mediante a realização de doações directas ao Banco Terra. Nos termos do contrato, o banco irá receber NOK 12 milhões durante um período de três anos.

Os outros passivos estão relacionados com dívidas à Norfund e fornecedores de manutenção e outros serviços do Banco.

O imposto pago diz respeito ao imposto do selo incidente sobre operações bancárias e a retenção na fonte devida relativamente a outros serviços.

20. CAPITAL SOCIAL

	Número de acções	% de participações sociais	MT
20.1 Capital social em 31 de Dezembro de 2011			
Rabo Financial Institutions Development (RFID) B.V.	44 415 500	41.70	444 155
GAPI Sociedade de Investimento	19 484 500	18.30	194 845
KFW	13 300 000	12.49	133 000
Norfund	29 300 000	27.51	293 000
	106 500 000	100.00	1 065 000
Redução do capital social em 31 de Dezembro de 2012			
Rabo Financial Institutions Development (RFID) B.V.	444 155	(134 239)	309 916
GAPI Sociedade de Investimento	194 845	(128 116)	66 729
KFW	133 000	(87 451)	45 549
Norfund	293 000	(87 451)	205 549
	1 065 000	437 257	627 743
Aumento do capital social em 31 de Dezembro de 2012			
Rabo Financial Institutions Development (RFID) B.V.			246 850
GAPI Sociedade de Investimento			89 450
Norfund			163 700
			500 00
			1 127 743
Valores consolidados			
Rabo Financial Institutions Development (RFID) B.V.	55 676 700	49.37	556 767
GAPI Sociedade de Investimento	15 617 900	13.85	156 179
KFW	4 554 900	4.04	45 549
Norfund	36 924 900	32.74	369 249
			1 127 743
	Número de acções	% de participações sociais	MT
Transmissão de Acções da KFW à GAPI			
Capital social em 31 de Dezembro de 2012			
Rabo Financial Institutions Development (RFID) B.V.	55 676 700	49.37	556 767
GAPI Sociedade de Investimento	20 172 800	17.89	201 728
Norfund	36 924 900	32.74	369 249
	112 774 300	100.00	1 127 743

O plano estratégico do Banco Terra foi revisto no final de 2010, tendo os accionistas deliberado aumentar o capital social em 900 milhões de meticaís. A primeira tranche, que ascende a 400 milhões de meticaís, venceu-se no início de 2011 e foi subscrita pela Rabo Financial Institutions Development e pela Norfund.

Os Accionistas acordaram que o referido aumento deveria basear-se no valor patrimonial líquido do Banco (VPL) uma vez que não foi subscrito por todos os accionistas.

Nos termos do acordo de subscrição, os accionistas do Banco, apresentaram um requerimento ao Banco de Moçambique para formalizar o ajustamento do capital com base no VPL em 30 de Novembro de 2010.

Em 2012, o Banco de Moçambique aprovou a redução de Capital com referência ao valor líquido de carteira do Banco em 30 de Novembro de 2010, o que teve um impacto de 437 257 milhões de meticaís na estrutura de capital do Banco. Em Maio de 2012, Posteriormente, em Maio de 2012, os accionistas injectaram 500 000 milhões de meticaís de capital adicional.

20.2 Valores a Receber pelos Accionistas

Nos termos do acordo de subscrição datado de 18 de Outubro de 2012, a GAPI Sociedade de Investimento subscreeu as restantes 8 945 milhões de acções por MT 89 450.

21. RESULTADOS TRANSITADOS

	2012	2011
	MT	MT
No início do período	(746 557)	(469 762)
Redução autorizada do capital social	437 257	-
Prejuízo do período	(346 443)	(276 795)
	(655 743)	(746 557)

22. FLUXO UTILIZADO DURANTE OPERAÇÕES

	2012	2011
	MT	MT
Prejuízo antes de impostos	(346 443)	(276 795)
Ajustamentos em função de itens não monetários:		
Reavaliação cambial	(16 427)	(21 375)
Imparidade de crédito	124 066	48 699
Provisões	41 150	28 236
Depreciação e amortização		54 898
Perdas em alienações		21
Fluxo utilizado durante as operações	(159 116)	(166 316)

23. VARIAÇÃO DOS ACTIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS

	2012	2011
	MT	MT
Passivos		
Recursos de outras instituições de crédito	(156 943)	162 177
Recursos de clientes	199 266	(2 986)
Outros passivos	(93 606)	(40 607)
Outros empréstimos	153 741	59 992
Aumento dos passivos operacionais	102 458	178 576
Activos		
Activos financeiros disponíveis para venda	135 305	(43 252)
Aplicações em instituições de crédito	(219 827)	3 086
Crédito a clientes	(152 737)	(397 163)
Outros activos	(86 974)	11 479
Redução dos activos operacionais	(324 233)	(425 850)
Variação líquida dos activos e passivos correntes operacionais	(221 775)	(247 274)

24. PARTES RELACIONADAS

Os accionistas do banco são a Rabo Financial Institutions Development (RFID) B.V., a GAPI Sociedade de Investimento e a Norfund.

São realizadas várias operações bancárias com as partes relacionadas no decurso normal da actividade. Estas operações incluem créditos, depósitos ou aplicações e operações cambiais.

Não existem provisões reconhecidas com respeito a créditos concedidos a associadas em 2012 (2011: zero).

Os saldos e transacções com partes relacionadas são os seguintes:

Entidade	Custos de Rendas	Custos de assistência técnica	Compensação e outros custos	Créditos e Depósitos Aplicações	2012	
					Outros Activos	Outros passivos
RFID					20 811	
RIAS		9 415				2 239
GAPI	9 304				5 770	97 036
NORFUND						6 698
Gestão Principal			58 584	45 17		

Entidade	Custos de Rendas	Custos de assistência técnica	Compensação e outros custos	Créditos e Depósitos Aplicações	2011	
					Outros Activos	Outros passivos
RFID					20 504	
RIAS		12 184				45 479
GAPI	7 601				715	12 184
NORFUND						10 023
Gestão Principal			54 859	4 405		

25. TAXAS DE CONVERSÃO CAMBIAL

Foram usadas as seguintes taxas de câmbio para converter os saldos em moeda estrangeira em 31 de Dezembro de 2012.

Taxa de fecho MT 29,75/USD (2011: MT 27,31/USD)

Taxa média MT 28,54/USD (2011: MT 28,85/USD)

As taxas referidas baseiam-se nas taxas oficiais do Banco de Moçambique.

26. EVENTOS VERIFICADOS APÓS O BALANÇO

Após o final do exercício, em 31 de Maio de 2013, foi entregue um montante de MT 89.450 por outro Accionista – Rabo Financial Institutions Development (RFID) B.V., Este montante aguarda aprovação do Banco de Moçambique para poder ser tratado como capital social.

Não se verificaram quaisquer outros factos ou situações de relevo após a data da demonstração da posição financeira que pudessem influenciar a leitura e interpretação destas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2012.

**MODELO III**

Balanço - Contas Consolidadas (Activo)

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

Notas / Quadros Anexos	Ano - 2012			
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido	Ano Anterior 2011
10 + 3300	165,232	-	165,232	149,790
11 + 3301	90,637	-	90,637	116,959
153 (1) + 158 (1) + 16	-	-	-	-
153 (1) + 158 (1) + 17	-	-	-	-
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	19,948	-	19,948	155,252
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300	193,048	-	193,048	-
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018	1,391,684	162,092	1,229,592	1,097,097
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210 (1) - 5303	-	-	-	-
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 - 5210 (1) - 5308 (1)	-	-	-	-
21	-	-	-	-
25 - 3580	-	-	-	-
26 - 3581 (1) - 360 (1)	-	-	-	-
27 - 3581 (1) - 360 (1)	182,941	121,249	61,693	59,483
29 - 3583 - 361	109,892	79,370	30,522	25,700
24 - 357	1,532	-	1,532	1,532
300	9,891	-	9,891	6,030
301	-	-	-	-
12 + 157 + 158 (1) + 159(1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	81,658	-	81,658	91,792
-	2,246,464	362,711	1,883,753	1,703,635

Balanço - Contas Consolidadas passivo)

Rubricas	Notas / Quadros anexos	Ano	Ano Anterior
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)		-	44,473
43 (1)		-	-
43 (1)		-	-
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)		-	343,546
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311		1,291,546	719,835
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312		-	-
44		-	-
45		-	-
47		42,070	28,236
490		6,756	2,815
491		-	-
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)		-	-
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)		-	-
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)		160,831	246,286
-		1,501,203	1,385,191
55		1,038,293	1,065,000
602		-	-
57		-	-
- 56		-	-
58 + 59		-	-
60 - 602 + 61		(309,300)	(469,761)
64		(346,443)	(276,795)
- 63		-	-
-		382,550	318,444
-		1,883,753	1,703,635

MODELO IV

Demonstração de Resultados - Contas Individuais

Anexo à Circular nº3/SHC/2007

Rubricas	Ano - 2012	Ano anterior
79 + 80	233,405	264,211
66 + 67	(133,178)	(117,848)
Margem financeira	100,227	146,363
82	-	-
81	23,859	23,535
68	(3,015)	(2,325)
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	
-	-	(7,927)
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial	(29,042) (42,103)
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos	
-	68	(21)
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração	
-	55,198	25,039
Produto bancário	147,295	142,562
70	143,181	120,058
71	150,152	158,197
77	35,189	54,273
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações	41,150 28,236
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	
-	124,110	58,593
-	-	(276,795)
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(44) -
Resultados antes de impostos	(346,443)	(276,795)
Impostos		
65	-	-
74 - 86	-	-
640	Resultados após impostos	(346,443) (276,795)
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas	